UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MARCELA MARIA PATRIARCA MINEO

**DO RANCHO DO MORRO AZUL AO MUNICÍPIO DE LIMEIRA-
SP: uma proposta de Cartografia do Turismo aplicada ao patrimônio
cultural material**

São Paulo

2016

MARCELA MARIA PATRIARCA MINEO

**DO RANCHO DO MORRO AZUL AO MUNICÍPIO DE LIMEIRA-
SP: uma proposta de Cartografia do Turismo aplicada ao patrimônio
cultural material**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana, da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de Doutora em
Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Marcello Martinelli

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catlogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M664r Mineo, Marcela Maria Patriarca
DO RANCHO DO MORRO AZUL AO MUNICÍPIO DE LIMEIRA-
SP: uma proposta de Cartografia do Turismo aplicada
ao patrimônio cultural material / Marcela Maria
Patriarca Mineo ; orientador Marcello Martinelli. -
São Paulo, 2016.
166 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Cartografia do Turismo. 2. Turismo Cultural.
3. Patrimônio Material. I. Martinelli, Marcello ,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: MINEO, Marcela Maria Patriarca

Título: DO RANCHO DO MORRO AZUL AO MUNICÍPIO DE LIMEIRA-SP: uma proposta de Cartografia do Turismo aplicada ao patrimônio cultural material.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a minha tia Nelly Patriarcha
(*in memoriam*) que me ensinou o valor da
memória e o desejo pela cultura.

AGRADECIMENTOS

À minha família José Roberto, Luiza, Ana Luiza e Tiago, responsáveis pela formação do meu caráter, pelo incentivo acadêmico e pelo amor incondicional.

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcello Martinelli pela disposição e confiança depositadas em minha pesquisa.

À Supervisora de Ensino Valquíria de Carvalho Partazani, da Comissão de Bolsa Mestrado e Doutorado da Diretoria de Ensino de Limeira.

À Geógrafa e amiga Thaís Pereira pela contribuição na elaboração dos mapas desta pesquisa.

À Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz pelas valiosas contribuições durante meu Exame de Qualificação.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em Geografia pela prontidão ao longo do meu curso de Doutorado.

Aos funcionários do Serviço de Informação ao Cidadão da Prefeitura Municipal de Limeira.

À querida amiga e bibliotecária Maria Inês Bachin, pela prontidão e carinho comigo e toda a minha família.

Aos meus grandes amigos e colegas de trabalho Heloíse Amélia Scarlatti Felipe, Joselei Francisco, Mayara Calixto e Filipe Momesso que dividiram comigo o encanto pela história e pelo patrimônio cultural limeirense.

Aos meus alunos da EE Prof. José Ferraz Sampaio Penteado que me ensinam o valor e a importância da Geografia e da Cartografia cotidianamente.

O BANCO ESTAVA AQUI

... como é que eu não vi antes?
Ele já era amarelo, a tinta estava gasta
Os pés de ferro eram os mesmos, meio enferrujados pelo tempo
Como é que eu não vi este banco?
Não sei. Por isso me pergunto, e penso em algumas respostas.
Eu não vi o banco amarelo no meio das flores
no meio do jardim
do meio do caminho pelo qual passo todos os dias,
duas vezes ao menos por dia,
porque sempre passo com pressa
porque ando sempre como se voasse
porque passo ao lado do banco, pensando na conta do Banco.
Nunca parei neste banco,
o banco amarelo do meio de meu caminho, a não ser hoje.
E hoje eu vi como é bom ficar parada aqui,
no amarelo poído do banco de madeira.
Como é bom ver o ridículo da pressa das pessoas que,
como eu,
vão e vêm,
vêm e vão,
a caminho do Banco,
acaloradas, agoniadas, tensas, afobadas,
vendo tudo em volta, menos o banco...
Este mesmo banco que acolhe os pombos, as crianças, os amantes,
as namoradas.
e que, hoje, acolheu meu corpo e principalmente
acolheu a minha alma.

(LEMOS, Maria Rita. O banco estava lá. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Limeira em Cantos e Contos**. Limeira: Secretaria Municipal da Cultura, 2007, p. 9).

RESUMO

O presente trabalho objetivou contribuir com os estudos da Cartografia do Turismo tendo como componente de investigação o município de Limeira, localizado no Estado de São Paulo. A escolha da área de estudo levou em consideração que o município de Limeira representa o processo de ocupação das cidades médias paulistas, a partir da expansão econômica e urbana que historicamente a constituíram, em função dos ciclos econômicos que ocorreram no Brasil. Para tanto, foi realizada uma discussão sobre o uso turístico do patrimônio material, a partir da visão crítica dos geógrafos, explicitando casos no Brasil e no mundo, e investigando o potencial de valorização do patrimônio material em Limeira. Para a elaboração dos mapas temáticos foi feita uma revisão da metodologia da Cartografia do Turismo, considerando-se que os mapas são elaborados tendo como público alvo os turistas e, portanto, devem cumprir com as normas de legibilidade, onde o uso adequado da escala, símbolos e legenda devem ser garantidos, a fim de comunicar as informações de maneira rápida e precisa. O patrimônio cultural material de Limeira tem sido inserido nas políticas públicas recentemente através do Plano Diretor Territorial-Ambiental de 2009, quando foram listados e protegidos os imóveis de interesse histórico para o município. A metodologia utilizada consistiu em classificar estes imóveis nas seguintes modalidades: rural, educacional, religioso, e cultural, por meio de cartas temáticas elaboradas no programa de SIG ArcGis 9.3. Assim, os mapas elaborados no presente estudo podem contribuir como instrumentos a serem utilizados para a valorização do patrimônio histórico local, por meio de programas de incentivo ao turismo, bem como à educação patrimonial.

Palavras-chave: Cartografia do Turismo; Turismo Cultural; Patrimônio Material.

ABSTRACT

The major aim of the present work was to contribute with the studies of Cartography of Tourism, by selecting the city of Limeira, located at São Paulo State, as the object of investigation. The choice of the area for this study took into consideration that Limeira City represents the process of occupation of the medium cities of São Paulo from the economical and urban expansion, which occurred historically during the economic cycles that took place in Brazil. For this, it was done a complete review concerning the touristic use of the material heritage from the geographic critical point of view, exemplifying cases in Brazil, as well as over the world, by investigating the potential value of the material heritage of Limeira City. To elaborate the thematic maps, it was carried out a review in the methodology of the Cartography of Tourism, considering that the maps are created to help tourists. In this context, the maps should accomplish the rules of legibility, by providing an accurate use of scale, symbols and legend, which should communicate precisely and quickly the information. The cultural material heritage of Limeira City has been inserted recently in the public policies by the Master Territorial and Environmental Plan of 2009, when the historical buildings from this city were listed and protected. Therefore, in the present study these buildings were classified in the following categories: rural, educational, religious and cultural, by means of thematic charts elaborated using GIS software ArcGis 9.3. In conclusion, the elaborated maps may contribute to give the appropriate value to the local historic heritage, by inducing programs to improve the cultural tourism and heritage education.

Keywords: Cartography of Tourism; Cultural Tourism; Material Heritage.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Desenho da freguesia de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi.	14
FIGURA 02 – Foto da estação ferroviária da Cia. Paulista.....	22
FIGURA 03 – Pintura do cafezal da Fazenda Ibicaba.....	64
FIGURA 04 – Pintura da Capela do Cubatão.....	65
FIGURA 05 – Traçado urbano da cidade de Limeira (SP) em 1876.....	66
FIGURA 06 – Selo comemorativo.....	67
FIGURA 07 - Vista parcial da cidade de Limeira no século XX.....	70
FIGURA 08 – Esquema proposto por Bertin.....	84
FIGURA 09 - Gráfico “As variáveis visuais” adaptado de Bertin.....	89
FIGURA 10 – Fotografia histórica do Teatro da Paz.....	100
FIGURA 11 – Fotografia antiga de imóvel na rua Barão de Cascalho.....	104
FIGURA 12 – Fotografia da região do Centro Histórico.....	104
FIGURA 13 – Fotografia da Estação Ferroviária na década de 1940.....	106
FIGURA 14 – Fotografia da Estação Ferroviária.....	106
FIGURA 15 - Fotografia do Palacete Levy na década de 1930.....	107
FIGURA 16 – Fotografia do Palacete Levy.....	107
FIGURA 17 – Fotografia do Palacete Tatuíby.....	108
FIGURA 18 – Fotografia da Igreja Na Sa da Boa Morte e Assunção, 1950....	110
FIGURA 19 – Fotografia da Igreja Na Sa da Boa Morte e Assunção.....	110
FIGURA 20 – Fotografia histórica da Igreja Santa Cruz do Cubatão.....	111
FIGURA 21 – Fotografia da Igreja Santa Cruz do Cubatão.....	111
FIGURA 22 – Fotografia do Grupo Escolar Coronel Flamínio.....	113
FIGURA 23 – Fotografia do Museu Histórico e Pedagógico.....	113
FIGURA 24 – Fotografia da antiga Igreja Matriz.....	114
FIGURA 25 – Fotografia da Catedral.....	114
FIGURA 26 – Fotografia da Praça Toledo de Barros na década de 1960.....	116
FIGURA 27 – Fotografia atual da Praça Toledo de Barros.....	116
FIGURA 28 – Fotografia da Capela Nossa Senhora do Amparo.....	117
FIGURA 29 – Fotografia da Creche Prada.....	118
FIGURA 30 – Fotografia do prédio da antiga CESP.....	119

FIGURA 31 – Fotografia do Ofício da Fazenda Pública.....	119
FIGURA 32 – Fotografia da Indústria da Chapéu Prada S. A.....	120
FIGURA 33 – Fotografia do Paço Municipal.....	120
FIGURA 34 – Fotografia histórica do antigo Arquivo Municipal.....	122
FIGURA 35 – Fotografia da Secretaria de Administração Penitenciária.....	122
FIGURA 36 – Fotografia do Grupo Escolar Brasil em 1940.....	123
FIGURA 37 – Fotografia da EE Brasil.....	123
FIGURA 38 – Fotografia histórica do Colégio Estadual Castello Branco.....	125
FIGURA 39 – Fotografia da EE Castello Branco.....	125
FIGURA 40 – Fotografia da Escola Profissional Trajano Camargo.....	126
FIGURA 41 – Fotografia da ETEC Trajano Camargo.....	126
FIGURA 42 – Fotografia da Casa dos Azulejos.....	127
FIGURA 43 – Fotografia do Museu da Joia.....	128
FIGURA 44 – Fotografia da residência de Ezequiel de Paula Ramos.....	129
FIGURA 45 – Fotografia do Espaço Cultural ENGEF.....	129
FIGURA 46 – Fotografia da Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A..	131
FIGURA 47 – Fotografia do prédio do Banco do Brasil.....	131
FIGURA 48 – Fotografia do Cemitério Municipal.....	132
FIGURA 49 – Fotografia do casarão em frente à Praça Toledo de Barros.....	133
FIGURA 50 – Fotografia histórica da Machina São Paulo abandonada.....	134
FIGURA 51 – Fotografia da fachada da Machina São Paulo.....	134
FIGURA 52 – Fotografia da Capela Santo Antônio.....	135
FIGURA 53 – Fotografia da Capela do Bairro Santo Antônio.....	135
FIGURA 54 – Fotografia da Igreja Bom Jesus dos Milagres.....	136
FIGURA 55 – Fotografia do casarão do antigo Engenho do Tatu.....	137
FIGURA 56 – Fotografia da Fazenda Quilombo.....	138
FIGURA 57 – Fotografia da entrada da Fazenda Citra.....	139
FIGURA 58 – Fotografia da casa sede da Fazenda Itapema.....	140
FIGURA 59 – Fotografia do Alambique Limeirinha.....	141
FIGURA 60 – Fotografia de uma rua do Bairro Tatu.....	142
FIGURA 61 – Fotografia do casarão da Fazenda Duas Barras.....	143
FIGURA 62 – Fotografia da Usina Tabajara.....	144
FIGURA 63 – Fotografia da Igreja Luterana.....	145

FIGURA 64 – Fotografia do cemitério dos Pires.....	146
FIGURA 65 - Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira de Camargo.....	153
FIGURA 66 - Prédio da Cia. Prada século XX.....	160

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – Localização geográfica do município de Limeira (SP).....	147
MAPA 02 – Mapa de drenagem e rede viária do município de Limeira (SP)..	148
MAPA 03 – Patrimônio cultural da área urbana de Limeira (SP).....	149
MAPA 04 – Patrimônio material de ensino da área urbana de Limeira (SP)...	150
MAPA 05 – Patrimônio material religioso de Limeira (SP).....	151
MAPA 06 – Patrimônio material rural de Limeira (SP).....	152

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO I – O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO MATERIAL.	22
1.1 Apreciação crítica feita pelos geógrafos.....	23
1.2 O patrimônio cultural no Brasil e no mundo.....	39
1.3 Potencial de valorização do patrimônio em Limeira (SP).....	59
 CAPÍTULO II – A CARTOGRAFIA DO TURISMO E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL.....	70
2.1 Os fundamentos da Cartografia Temática.....	71
2.2 A cartografia do turismo e seu raciocínio para a fruição do turismo.....	84
2.3 A cartografia do turismo para a área de estudo.....	95
 CAPÍTULO III- UMA PROPOSTA DE CARTOGRAFIA DO TURISMO PARA O PATRIMÔNIO MATERIAL DE LIMEIRA (SP)..	100
3.1. Patrimônio material do município de Limeira (SP).....	101
3.2. Cartografia do turismo para Limeira (SP).....	146
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160

INTRODUÇÃO

FIGURA 01 - Desenho da freguesia de Nossa Senhora das Dores de Tatuí (SP) do século XIX.
Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016.

O patrimônio material existente no centro da cidade de Limeira (SP), despertou meu interesse durante o curso de Especialização em “Planejamento Territorial e Geoprocessamento” na Unesp de Rio Claro em 2006 e, posteriormente, em 2007 no curso de Mestrado em “Organização do Espaço” da mesma instituição, dei continuidade a este objeto de estudo.

Eu havia me mudado para Limeira em 2004 para atuar na rede estadual de ensino e pude contemplar suas construções e estruturas que remetiam a um passado de grande opulência e desenvolvimento, resultante dos ciclos econômicos do século XIX que marcaram o surgimento da região. Ao mesmo tempo que esses imóveis mostram uma história marcada pela prosperidade, a atual condição desses edifícios demonstra o descaso e o desuso desses espaços pelo poder público, sociedade civil e o setor de turismo, através da degradação e abandono desses bens.

O ciclo cafeeiro promoveu a instalação das primeiras indústrias na região de Limeira e, concomitantemente, a expansão urbana e econômica. Neste período (século XIX), ocorreu também a instauração da República no Brasil, com seus ideais iluministas e capitalistas. Todas essas transformações sociais, políticas e econômicas deixaram suas marcas impressas no espaço geográfico através das construções da época, em grande parte de estilo neoclássico, que evocam os ideais da elite burguesa. Atualmente, grande parte desses imóveis, ainda que tenham sofrido profundas modificações, estão vinculados ao Estado que os apropriou para sediar suas repartições administrativas.

A localização dos imóveis históricos da região central favorece a contemplação desses bens, uma vez que encontram-se em grande parte em praças públicas, rodeadas por árvores e bancos que representam um oásis para o cotidiano urbano contemporâneo.

Ainda assim, alguns imóveis históricos da área central são alvo de depredação e vandalismo pela população local que não se identifica com esses espaços ou, que deseja chamar atenção do poder público frente à exclusão social a que está submetido.

As políticas públicas de proteção do patrimônio material de Limeira iniciaram-se e apenas em 2008 com um Decreto-Lei nº 388 do então prefeito Silvio Félix, que tombou provisoriamente alguns imóveis da área central da cidade. No ano seguinte, foi elaborado o Plano Diretor Territorial-Ambiental de Limeira através da Lei-Complementar nº442 de 12 de janeiro de 2009, que expandiu os imóveis tombados no Decreto-Lei para outras regiões da área urbana e, também, para imóveis históricos localizados na área rural. Deve-se ressaltar também a contribuição do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira (Condephali) na elaboração e execução de ações para resguardar o patrimônio material local.

Assim, durante o Mestrado, empreendi esforços para entender a percepção da população transeunte da região central da cidade acerca desses imóveis e da própria noção de conservação patrimonial. Segundo os resultados da pesquisa demonstraram, grande parte da população entrevistada desconhecia a importância da conservação do patrimônio material o que revela o acesso insuficiente ao conhecimento sobre as políticas públicas locais e a ausência da educação patrimonial na grade curricular da Educação Básica. Tal conclusão aponta para a necessidade de estreitamento dos laços de memória e identidade desses espaços por meio da incorporação desses bens no cotidiano da população local, seja pelo uso turístico desses espaços ou pela educação patrimonial, resgatando a valorização histórica e estética desses bens.

Assim, a atual pesquisa leva em consideração os imóveis históricos listados no Plano Diretor Territorial-Ambiental de Limeira, que incorporou também áreas mais

extensas do território, como o “Centro Histórico” e o “Bairro do Tatu” e inúmeros imóveis localizados na área rural do município (fazendas, alambique e usina) e acrescenta alguns imóveis de interesse histórico-arquitetônico que se destacam na paisagem local. Dentre os bens tombados pelo Plano Diretor, devemos ressaltar a relevância dos templos religiosos e cemitérios, tanto católicos quanto protestantes, que demonstram, apesar do processo de secularização da nossa sociedade, seu grande valor estético e histórico para a região.

Ainda configuram na lista de bens tombados pelo Plano Diretor do município, os imóveis destinados ao ensino público (creche, escolas técnica e regular) que reafirmam através de sua arquitetura neoclássica, os ideais iluministas da Primeira República.

Com a ampliação dos bens patrimoniais tombados no município, senti a necessidade de dar continuidade ao estudo do patrimônio material de Limeira, levando a discussão para a espacialização desses bens no território através da Cartografia Temática e assim, analisar como a Cartografia Temática pode contribuir para o estudo da distribuição espacial desses bens e da histórica local, tendo em vista sua fruição para o turismo e para a educação patrimonial da população.

Desta forma, o primeiro capítulo desta tese trata de analisar como tem sido o uso turístico do patrimônio material na visão dos geógrafos, exemplificando esta visão com casos no Brasil e no mundo. Por fim, o capítulo irá caracterizar o potencial turístico do patrimônio material em Limeira – SP, tendo em vista o histórico de formação do município e seu legado no espaço geográfico local.

No segundo capítulo, discutiremos como a Cartografia do Turismo contribui para a valorização do patrimônio material através dos fundamentos da Cartografia Temática e do raciocínio da Cartografia do Turismo para a fruição do turismo, levando em consideração ao final, o município de Limeira.

O terceiro capítulo encaminha a proposta de Cartografia do Turismo para o patrimônio material de Limeira tendo em vista os bens tombados pelo Plano Diretor Territorial-Ambiental, sua distribuição espacial, condições atuais e funções, apresentando os mapas elaborados para a pesquisa.

Assim, a presente tese tem como problemática compreender como a Cartografia do Turismo pode auxiliar na valorização do patrimônio material a partir do estudo de caso de Limeira (SP) com cerca de seus 37 imóveis rurais, de ensino, religiosos e culturais espalhados pelo município.

Acredito que com essa análise estaremos contribuindo com os estudos da Cartografia Temática e do Turismo Cultural, linhas de pesquisa importantes da Geografia Humana contemporânea que podem ser utilizadas na fruição do turismo e na educação patrimonial.

A escolha da área de estudo considera ainda que o município de Limeira representa o processo de ocupação das cidades médias paulistas a partir da expansão econômica e urbana proporcionada pelos ciclos econômicos que a constituíram. O processo de desenvolvimento regional tem como símbolo a adoção do transporte ferroviário com a Cia. Paulista de Estradas e Ferro que escoava a produção e o pioneirismo na adoção da mão de obra livre de imigrantes europeus nas lavouras de café, consolidando o município como “Berço da Imigração Europeia de Cunho Particular”.

Além da cafeicultura destaca-se a citricultura no século XX e as indústrias a ela associada, tornando o município conhecido como a “Capital da Laranja”. Desta forma, todos os ciclos econômicos dos séculos XIX e XX contribuíram para a construção de edificações grandiosas que representavam o poder da elite local.

Atualmente, a economia do município é basicamente industrial, destacando-se o setor de joias folheadas que atrai grande número de pessoas ao turismo de negócios com feiras de joias folheadas, hotéis e restaurantes ao longo da Avenida Costa e Silva. As fazendas históricas vinculadas à cana, café e cítricos possuem recepção e agendamento de visitas e até mesmo sediam eventos sociais como festas e casamentos, além do atendimento turístico para estudantes e professores.

As fazendas históricas da região de Limeira possuem um conjunto patrimonial heterogêneo, devido ao tamanho das propriedades e construções ou de sua localização no terreno, pelas técnicas utilizadas, e pela ordenação no território, representando grande valor histórico e arquitetônico para o município.

“A preocupação com a manutenção e preservação do patrimônio remanescente nas ‘fazendas históricas’ aumenta na medida em que cresce a área para o plantio da cana, destruindo colônias, ocupando terreiros, e na maioria dos casos modificando o cenário destas belas paisagens culturais.” (SCARIATO, 2009:157-8).

Os bairros rurais dos Pires e do Tatu também configuram grande atrativo para o turismo, com suas construções e festas de grande relevância para a história do município, além dos ranchos, restaurantes e pesqueiros que recebem visitantes do município e região, principalmente nos finais de semana e feriados.

A atual pesquisa encontra-se circunscrita na teoria da Cartografia Temática segundo os estudos empreendidos pelo Professor Dr. Marcello Martinelli (USP) que buscam analisar de maneira crítica o espaço geográfico através dos mapas, revelando as relações entre a sociedade e o meio que ocupam. Assim, os mapas não só localizam os fenômenos e objetos, mas também ajudam a compreender suas formas, funções e estruturas no espaço, segundo as necessidades da sociedade que os produziu e segundo as medidas de proteção a que estão submetidos.

A Cartografia é a representação do espaço geográfico e por isso está intimamente ligada à Geografia com seu corpo teórico e metodológico, revelando as relações e contradições presentes nos mesmos.

Historicamente, os mapas foram usados no processo de localização dos atributos socioambientais no espaço e na ocupação e exploração territorial, estando intrinsicamente associados ao poder. O aspecto estratégico dos mapas fez com que os mesmos fossem elitizados para fins militares e de dominação.

Os interesses de ocupação e exploração territorial implícitos nos mapas produziram mapas carregados de intencionalidades em relação às extensões, formas, localização e omissões dos objetos retratados, pois os mapas são uma produção humanas e portanto estão sujeitos às ideologias e paradigmas culturais.

A passagem da Cartografia Topográfica para a Cartografia Temática possibilitou a representação de fenômenos não só analógicos mas de localização concreta dos elementos do espaço, mas também a representação dos fenômenos ocultos na paisagem através de códigos mais abstratos, tomando um caráter cada vez mais cultural.

Com a modernização dos computadores e softwares a partir da década de 1970, facilitou o processo de produção dos mapas e tratamento das informações, difundindo os mesmos em nosso cotidiano.

As novas tecnologias empregadas no Geoprocessamento de imagens espaciais, possibilitou a criação de Sistemas de Informação Geográficas que permitem uma maior rapidez e fluidez na elaboração e tratamento dos mapas temáticos por cientistas e técnicos da área.

Segundo Martinelli (2013), a realização de um mapa temático mobiliza um processo de comunicação de esquema monossêmico, onde o redator gráfico do mapa e o usuário participam conjuntamente da mesma ação, na busca de compreender as

informações implícitas nos dados cartografados. A Cartografia Temática faz uso da Semiologia, em que os símbolos, cores e linguagem empregados são facilmente reconhecidos aos usuários, sem haver ambiguidades de significados.

Uma das vertentes da Cartografia Temática é a Cartografia do Turismo que permite localizar e visualizar os elementos da paisagem e seu arranjo espacial para a fruição do turismo e análise geográfica. A Cartografia do Turismo pode ainda indicar os roteiros turísticos presentes no espaço geográfico, bem como os serviços que dão suporte aos usuários como: transportes, bancos, hotéis, restaurantes etc.

Assim, a Cartografia do Turismo faz uso de uma linguagem monossêmica e pode ainda contribuir com os planejadores, usuários e a própria ciência geográfica na compreensão da dinâmica da atividade turística nos diferentes lugares em que se faz presente.

O turismo pode ser dividido em balneário, cultural, religioso, ecológico, rural, de negócios e etc, sendo que o turismo cultural tem como principal atrativo os bens patrimoniais materiais e imateriais que caracterizam a cultura e memória do espaço em que ocupa.

O patrimônio material representado pela Cartografia do Turismo deve ir além da fruição cultural e procurar analisar os sentidos que esses imóveis exercem no espaço cultural, político e social, indo além das finalidades mercadológicas que a atividade possa implicar para a significação desses bens à população local e visitante.

Dentro desta linha, a atual pesquisa procurará, através da Cartografia do Turismo, localizar o patrimônio material do município de Limeira (SP), buscando analisar como esses imóveis se organizam no espaço urbano e rural, representando a memória da população local.

CAPÍTULO I

“O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO MATERIAL”

FIGURA 02 - Estação ferroviária da Cia. Paulista em Limeira (SP) no início do século XX.
Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016.

1.1 APRECIÇÃO CRÍTICA FEITA PELOS GEÓGRAFOS

Ao abordarmos criticamente o conceito de “patrimônio” na Geografia, estamos antes de mais nada, nos referindo ao papel que o mesmo tem na produção do espaço que é cada vez mais urbano e globalizado. Assim, o patrimônio se insere na lógica do espaço enquanto mercadoria de consumo que ora o valoriza, com as políticas de conservação, ora o destrói de acordo com os interesses sempre voláteis do mercado.

A passagem da Idade Média para a Modernidade foi marcada pelas novas formas de produção na Inglaterra do século XVIII, consolidando o sistema capitalista que concentrou a produção nas áreas urbanas. Para dar apoio à classe burguesa em sua emancipação social, política e econômica, iniciada com a Revolução Francesa em sua derrubada do absolutismo, foram criados os pressupostos Iluministas que legitimavam a razão em detrimento da fé e criava as leis e contratos sociais, baseados nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens.

Dentro desse cenário de intensas revoluções na Europa as ideias positivistas ganharam força, enaltecendo o método científico baseado na observação da realidade empírica e na neutralidade entre o sujeito e o objeto pesquisado. Assim, surgiram as ciências acadêmicas, numa tentativa de racionalizar a natureza e a sociedade a partir das especializações científicas.

Assim, a Geografia surge na Alemanha do século XIX, num período em que seu território era delimitado e havia a necessidade de se conhecer os seus recursos e firmar uma identidade para o povo alemão. Os estudos geográficos desse período são marcados pela descrição exaustiva dos elementos físicos e sociais que formavam as paisagens terrestres, de forma a enxergar a organização dos grupos humanos como resultado das

condições naturais, corrente de pensamento que ficou conhecida como determinismo geográfico.

A Geografia Tradicional chega ao Brasil no século XX com a escola francesa de Paul Vidal de La Blache que empreendia esforços na delimitação e descrição de unidades individualizadas do território nacional, chamadas de regiões geográficas. Esses estudos enxergavam o ser humano como um mero elemento da paisagem que a modificava segundo seus interesses, assim a natureza ofertava as possibilidades de exploração pelo homem.

A superação da Geografia Tradicional pela Geografia Crítica no Brasil se dá com a incorporação dos ideais marxistas nos estudos geográficos a partir de 1970, compreendendo o ser humano como um sujeito histórico, inserido em uma classe social, que produz o espaço de acordo com seus limites e interesses, portanto o espaço produzido se torna fragmentado e contraditório, pois é reflexo do sistema capitalista de produção e o mesmo acaba por reforçar as desigualdades sociais.

Milton Santos em sua obra “A Natureza do Espaço” define o espaço como sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente mas como o quadro único no qual a história se dá” (2006:40). Assim, este autor concebe o espaço dentro de um quadro de relações sociais que se dão ao longo da história e que portanto, passa pelos planos do vivido, do concebido e do percebido, os quais estão sujeitos às oscilações do tempo.

A Geografia deve, portanto, desvendar a produção do espaço geográfico a partir dos processos que são visíveis e ocultos, ou seja, a partir das relações sociais que se estabelecem localmente ou virtualmente, no mundo contemporâneo. A produção do espaço geográfico é uma produção que se dá no âmbito da vida urbana, a partir da

divisão do trabalho, da alienação, do consumo e das mudanças cada vez mais rápidas, as quais estamos sujeitos.

A flexibilização do sistema produtivo e financeiro a partir da segunda metade do século XX foi a alternativa encontrada para superar a rigidez do sistema fordista de produção e as crises sociais que eclodiram pelo mundo. Assim, as empresas espalharam-se pelo globo exigindo uma mão de obra cada vez mais qualificada, com contratos terceirizados e produtos de obsolescência programada.

A efemeridade da vida útil dos objetos produzidos atualmente tem como objetivo estimular o consumo e se acentuou com o desenvolvimento tecnológico, reforçando a sensação de que o antigo é obsoleto e portanto, perdeu seu valor. Essa noção é transferida para os edifícios históricos na paisagem urbana e muitas vezes esses são considerados um entrave ao desenvolvimento e não adquirem o status de patrimônio com as respectivas medidas protecionistas, devendo ser substituídos por novas formas.

O fim da Guerra Fria na década de 1990 expandiu o sistema capitalista pelo planeta Terra e promoveu a concentração de riquezas nas mãos das empresas multinacionais. O consumo ganhou papel central na vida cotidiana do homem moderno, homogeneizando os padrões de comportamento e valores, a partir da manipulação dos desejos, por meio das imagens e, em seguida, do consumo de mercadorias e serviços propriamente dito.

O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e transportes tornou o ritmo das trocas sociais, da produção e da circulação de mercadorias muito mais veloz e efêmera, alterando a percepção do tempo e do espaço. A percepção que temos é de que o espaço se sujeitou ao tempo, ou seja, o espaço ficou reduzido frente à rapidez em que as distâncias são percorridas atualmente.

Segundo Ferrara (1999), vencidas as distâncias no mundo contemporâneo, com a modernização dos meios de transporte, há uma superação do mundo concreto para o mundo construído simbolicamente por meio de imagens para fins de comercialização de seus atrativos. O espaço é assim fragmentado, perdendo sua essência e o tempo passa a ser analógico e virtual.

No âmbito global, a modernização dos meios de comunicação provocou uma padronização do consumo pelas grandes empresas transnacionais, com reflexo na reprodução da vida cotidiana, que se tornou cada vez mais vulnerável às oscilações e influências externas.

Os sentimentos de instabilidade e insegurança são reforçados pelas relações sociais cada vez mais fugazes e mediadas por aparelhos eletrônicos que conectam espaços distantes e desprendem o indivíduo de seus vínculos com o entorno. Assim, a importância da vida comunitária, do lugar, da tradição e da honra são substituídos pelas redes sociais, pela espetacularização da vida, por meio das imagens e pela banalização dos vínculos sociais e com o meio.

Os espaços de convívio ficaram restritos aos templos de consumo em ambientes estandardizados que favorecem a passagem e a fuga do cotidiano e impedem a criação de vínculos de identidade e memória dos sujeitos com o lugar.

O espaço geográfico passa a incorporar as múltiplas identidades que são estimuladas pelo consumo para manter o sistema capitalista produtivo, ao mesmo tempo em que ressurgem o apelo aos valores tradicionalistas que pregam a ética global e as políticas neoconservadoras e pretendem manter a tradição e o status da elite no poder político e econômico dos Estados-Nações. Segundo Giedion (2004:891) “Ao lado da transitoriedade frenética – cria de nossa época – situa-se aquele outro componente da natureza humana: o desejo de permanência.”.

O espaço urbano é reflexo desse processo, onde as formas e estruturas urbanas são cada vez mais padronizadas pelo mundo, obedecendo a lógica da mercadoria em que o seu valor de uso é sobrepujado pelo seu valor de troca e as parcelas do solo são fragmentadas e hierarquizadas segundo os ditames da mais valia.

O valor diferenciado dado às parcelas do solo urbano determina o público que terá acesso a esse espaço, promovendo a hierarquização do espaço, que implica na presença da infraestrutura e na valorização de outras áreas ou até mesmo da sua incorporação, por meio da especulação imobiliária.

A cidade entendida como uma mercadoria de consumo onde as leis de mercado, como a especulação imobiliária, determinam os valores do terreno e por consequência o público alvo que irá ocupá-los é uma visão reducionista que exclui e segrega os habitantes, estimulando o individualismo e a luta de classes.

O parcelamento do solo urbano e sua venda como mercadoria pelo mercado imobiliário restringe cada vez mais os espaços de vivência, como as praças e as ruas que se tornam, respectivamente, lugares de comércio ambulante e de passagem para os transeuntes. As relações sociais são assim empobrecidas e cada vez mais restritas a lugares de consumo, como shoppings, clubes, restaurantes impondo-lhes o imperativo do mercado mediado pelas imagens e novas mídias digitais. A proliferação dos não-lugares, lugares de passagem e consumo padronizados ao redor do mundo e sem vínculos afetivos, contribuem para o desaparecimento das referências históricas e da memória coletiva da população.

As desigualdades sociais refletidas na segregação espacial do espaço urbano também estão inseridas em circuitos de relações socioespaciais mais amplas, como as regionais e nacionais que se retroalimentam. O capitalismo surgiu desses conflitos de

classe e desigualdades sociais e por eles se alimenta para obter seu crescimento econômico com a mais valia.

O patrimônio cultural materializado no espaço urbano é ambíguo em sua representação simbólica, pois representa ao mesmo tempo a conservação de um passado representativo para a população e se torna uma imagem fetichizada e vendida como mercadoria turística.

O espaço urbano é a expressão máxima do controle e transformação da natureza pela sociedade capitalista revelando as contradições, limites e nocividade que resultam dessa relação. O ambiente rural, por sua vez, é afetado diretamente pela cultura produzida no espaço urbano, uma vez que ele abastece a cidade por meio de suas atividades primárias, não obstante necessárias. De qualquer modo, o ambiente rural, especialmente o menos equipado tecnologicamente, está mais vulnerável às intempéries naturais que a cidade, pois depende diretamente dos recursos naturais para a sua produção.

O centro da cidade é o local de maior concentração de edifícios históricos, pois agrega múltiplas funções (moradia, produção e consumo) e assim, representa vários agentes produtores do espaço, agregando a identidade histórica e cultural do grupo. Destarte, o preço do solo urbano nas áreas centrais é alto e há uma pressão do mercado imobiliário em destruir essas formas para dar lugar a construções novas cujas funções são mais rentáveis ao sistema capitalista.

A devastação do patrimônio cultural material nas áreas centrais das cidades brasileiras é reflexo do rápido e intensivo processo de industrialização e urbanização nos quais fomos sujeitos por sermos uma nação de desenvolvimento periférico. Assim, as políticas de patrimonialização se fazem necessárias para resguardar nossa identidade

histórica e cultural, inserindo esses imóveis no cotidiano da população local, por meio do turismo e da educação patrimonial.

As regiões centrais antes concentradoras da atividade industrial e do poder público, com alto valor dos terrenos, é hoje em dia tomada pelo comércio popular e pelo setor de serviços, valorizando novas áreas do seu entorno.

Os monumentos e sua localização privilegiada no espaço urbano servem para legitimar acontecimentos, ideologias e noções de classe devido à sua imponente e singularidade perante as outras construções. Assim, o conteúdo dos monumentos pode não ser apreciado por todos, contribuindo para sua depredação ou destruição, ou até mesmo acirrando os conflitos sociais ali existentes. Os imóveis patrimoniais de uso público no Brasil são alvos constantes de depredação pela própria população que não se identifica com essas construções e as enxergam como lugares da elite ou como lugares negligenciados pelo poder público (BARRETO, 1999).

A partir da Revolução Industrial e o processo de urbanização é que se observa a destruição das velhas formas no espaço urbano para dar lugar a formas mais racionalistas que possuem a padronização e o ritmo acelerado da produção fabril, tendo sua representação máxima no veículo particular e portanto, na ampliação das vias públicas. Esse processo, aliado a instituição dos Estados Republicanos e a laicização da sociedade, terminou por dizimar os palacetes da aristocracia e os conventos da igreja católica.

É responsabilidade do Estado preservar o direito dos cidadãos à cidade e à qualidade de vida, regulamentando a produção do espaço urbano por meio do planejamento, fiscalização e controle do mercado. Assim, o patrimônio material é competência do Estado, ainda que esse processo beneficie a todos: promotores imobiliários e a sociedade civil.

Entende-se como agentes construtores do espaço urbano o Estado, os promotores imobiliários e a sociedade civil. Dentre os agentes produtores do solo urbano, o Estado é o que possui maior autonomia e poder para modificar o arranjo espacial e consequentemente a rotina da população. No entanto, a atuação do Estado quase sempre é regida pelos interesses dos promotores imobiliários que vão investindo em novas construções, adensando e estendendo o perímetro urbano.

Por outro lado, por mais que as formas, funções e estruturas urbanas sejam transformadas ou destruídas, elas não são apagadas da memória coletiva que consiste em vínculos afetivos de um passado que persiste no presente.

História e memória são categorias intrínsecas ao espaço geográfico, não há história ou memória desvinculadas de um espaço geográfico, assim como não há espaço geográfico situado fora de um contexto histórico. Já a memória se assemelha a categoria de lugar, pois evoca as vivências e os vínculos afetivos e as relações de trabalho reproduzidos direta ou indiretamente na vida cotidiana da população.

“Nesse sentido, o direito à memória afigura-se como um direito fundamental de todo ser humano. Todavia, o mesmo esbarra em outro direito igualmente universal: o direito à mudança, à transformação, ao novo. A "patrimonialização do patrimônio" somente pode ser compreendida, portanto, no contexto do complexo e contraditório processo de produção do espaço.” (CRUZ, 2012:100).

Segundo Ferreira (2001), a memória situa-se numa relação entre o passado e o presente, portanto, a memória aplicada ao patrimônio cultural requer que o mesmo esteja inserido no cotidiano da população, preservando sua identidade social, mesmo frente às mudanças que vão ocorrendo.

O espaço urbano é o meio produzido pela cultura e, ao mesmo tempo, é fator condicionante da reprodução das relações sociais, revelando-as em suas dinâmicas e contradições. Assim, o espaço urbano se fragmenta conforme as funções que ele exerce para as diferentes classes sociais. Nesse processo, temos as diferenças no valor

de troca das parcelas do solo que segregam não apenas os agentes sociais, mas as infraestruturas, bens e serviços, reforçando a desigualdade social.

A cultura é gerida a partir do esforço da sociedade em controlar a natureza, explorando seus recursos, que também condicionam as escolhas e caminhos que a sociedade irá tomar. Assim, a cultura é produzida em consonância com as necessidades humanas num recorte específico de espaço e tempo. Sendo assim, a cultura implica na ideia de especificidade, de peculiaridade, cujos valores são atribuídos socialmente. Dessa maneira, as políticas públicas devem incluir todos os segmentos sociais.

Segundo Meneses (1999), as necessidades dos grupos humanos não são determinadas pela natureza física do meio que habitam, mas a partir da cultura, ou seja das escolhas e seleções realizadas pelo grupo, resultando na base material que vai sendo construída historicamente, bem como em suas implicações e possíveis rumos a serem tomados pela sociedade. Sendo assim, a cultura deve ser considerada por sua dimensão de mediação simbólica em todos os níveis da vida social, pois é a partir dela que o trabalho e o cotidiano são escolhidos, produzidos e determinados bens valorizados.

A sociedade produz a própria cultura a partir da apropriação da natureza e de seus recursos, modificando-a conforme seus interesses. O grau de sofisticação da cultura pode ser observado pelo nível de apropriação e modificação da natureza, superando suas limitações e por vezes degradando seu estado original.

Nossa sociedade trata a cultura como mais um bem mercadológico, sujeito aos interesses de seus produtores, que acabam por segmentar os consumidores e os espaços culturais, determinando os usos mais convenientes à reprodução capitalista (MENESES, 1999).

Em se tratando do patrimônio cultural material é a atividade turística que passa a inseri-lo no circuito capitalista. Os geógrafos, ao discutirem o turismo, buscam analisar

esta prática como uma atividade que interfere diretamente na produção do espaço geográfico, alterando as funções, estruturas e formas do mesmo e estabelecendo novas relações entre o grupo residente e visitante com o espaço, por meio do trabalho e do consumo.

O turismo cultural lança mão dos recursos tecnológicos modernos para tornar o patrimônio cultural mais atraente ao público, numa tentativa de espetacularização do passado, onde as relações são mediadas por imagens produzidas para esse fim.

O uso do termo “indústria do turismo” caiu em desuso uma vez que esta atividade fornece divisas aos três setores da economia.

O turismo é uma atividade praticada por uma pequena parcela da população, ainda que esta atividade tenha se popularizado por meio das agências de viagens com pacotes mais acessíveis economicamente, desenhados para atrair consumidores menos favorecidos e assim, com a expansão do consumo, aumentarem os lucros.

O turismo está sujeito as mesmas leis de mercado que qualquer outra atividade econômica, condicionando a percepção do espaço e do tempo à racionalidade passiva do usuário aos pacotes pré-definidos das agências de turismo, que determinam inclusive os “horários livres” às atividades programadas com custos extras (CARLOS, 1999).

Segundo Cruz (2003), é a sociedade que infere o valor turístico a um determinado lugar, por meio da cultura, sendo que o mesmo pode ser modificado com o tempo, agregando novos lugares e destituindo antigos, conforme as demandas socioeconômicas se modificam.

O turismo torna-se viável a partir do momento em que alguns elementos de infraestrutura se fazem presentes no território.

O turismo rural pode envolver ou não a hospedagem dos visitantes e seu envolvimento com o cotidiano das propriedades, sendo que as instalações podem ser ressignificadas de acordo com as funções que adquirem.

O tempo livre foi aprisionado pelo sistema capitalista nas sociedades industrializadas, tornando-se uma obrigação do cotidiano e estando sujeito à mesma lógica do trabalho por meio dos “lazer ativos” em oposição ao tempo ócio que não requer o consumo de produtos e serviços (CRUZ, 2003).

A utilização do descanso remunerado para o turismo se tornou uma realidade da vida urbana no século XX para uma pequena parcela da população.

Os turistas quase sempre ficam restritos aos espaços e tempos destinados ao consumo do espaço visitado, restando poucas oportunidades de interação entre a população local e a população visitante.

O consumo do espaço patrimonializado pelo turismo passa antes pelo consumo da imagem desse espaço pelos agentes públicos e privados, por meio da publicidade (CRUZ, 2012).

O turismo cultural deve ser promovido e praticado, respeitando a identidade e as relações com a sociedade local, sob o risco de tornarem-se, caso contrário, apenas uma atividade espetacularizada e alienadora, indo além de um mero voyeurismo de seus praticantes.

O turismo é alimentado pela paixão humana pela alteridade e pelo desconhecido que conduzem ao fortalecimento da identidade pessoal e coletiva e dos vínculos afetivos com o espaço que habita, uma vez concluída a visita a um determinado local.

A viagem que está associada ao lazer, à descoberta, foi aprisionada pelo turismo no século XX, com seus roteiros direcionados a gerar mais lucro, contribuindo para a descaracterização das paisagens que o constituíram num primeiro momento.

A manipulação do desejo pelo bem estar e felicidade é utilizada pela publicidade de turismo para capturar seus consumidores e estes também colaboram na produção dos espaços visitados e na criação de novos destinos.

Segundo Ferrara (1999), a distinção entre viagem e turismo é que a viagem implica numa visão romântica de descobrimento movido por um sonho, uma busca. Já o turismo remete a uma atividade programada e institucionalizada do tempo livre remunerado, como que uma obrigação da vida cotidiana moderna que exige uma aparente ruptura da rotina do trabalho, para inclusive manter sua produtividade. O turismo consiste numa atividade indispensável ao funcionamento do capitalismo que o estimula por meio da manipulação dos nossos desejos, segundo a lógica do consumo.

O turismo deve superar a simples contemplação passiva das paisagens produzidas simbolicamente para ir em busca de uma descoberta pelo novo, a fim de conhecer-se e buscar alternativas para as situações em que se encontra (FERRARA, 1999).

O desenvolvimento do turismo para a classe burguesa do século XIX, gerou a necessidade de confinar o exótico em espaços específicos para serem visitados, surgiram assim os museus, os zoológicos, os jardins botânicos etc. (MOSCON, 2006).

Com a Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII e o desenvolvimento de meios de transporte mais eficazes, como os trens e navios a vapor, houve a facilitação do deslocamento espacial e com isto difundiu-se a prática do turismo, alimentada ainda pelo romantismo do período, com a promessa da fuga idílica.

Podemos afirmar que o turismo é uma atividade social que tem na iniciativa privada seu principal agente, enquanto o Estado seu regulamentador.

As imagens difundidas pelo turismo têm a função de enaltecer os atributos que diferenciam os lugares e podem ser “simulacros” fantasiosos que atraem os turistas e

serão por eles testados. Devido à sua grandiosidade e belezas naturais, o Brasil tem desenvolvido o seu setor de turismo, atraindo cada vez mais consumidores externos e internos e suas atividades correlatas para esse mercado.

O turismo programado impede a apropriação do espaço pelo visitante, que apenas “passa” consumindo os produtos e serviços locais e reproduzindo as imagens espetacularizadas do mesmo.

“Nesse sentido não se chega a “empreender uma viagem para ver com os próprios olhos uma desejada cidade e imaginar que se pode gozar, em uma coisa real o encanto da coisa sonhada”, pois não há a menor dúvida que nossos sonhos também são manipulados.” (CARLOS, 1999:33).

O vínculo do turismo com o patrimônio se torna mais forte quando se decide quais os bens que são representativos de um determinado grupo social, que merecem ser preservados e visitados por todos para além dos interesses mercadológicos. A valorização desses bens com o patrimônio, por meio do turismo, pode ser encarada de forma mais positiva, pois promove o conhecimento da história e cultura dos povos e levanta fundos que podem ser utilizados na conservação (BERTONCELLO, 2010).

O turismo corresponde a uma das atividades do setor terciário da economia mobilizando juntas diversas outras, aliadas aos serviços como transporte, hotelaria, gastronomia etc. que contribuem para a produção do espaço geográfico local e sua articulação com outras realidades mais amplas. Dessa forma, o turismo pode ser compreendido por diversos ramos da ciência devido ao seu caráter de interface, com a Economia, Geografia, Ciências Sociais dentre outras. A exclusividade de seu objeto de estudo e, mais precisamente, de seu método de pesquisa são questionáveis por vários autores que discutem o seu caráter científico.

Deve-se levar em conta que o turismo não se trata somente de uma atividade econômica, mas também uma prática social, cada vez mais difundida no mundo

contemporâneo, que interfere diretamente na produção do espaço, alterando por vezes as relações que a sociedade estabelece com o mesmo.

O turismo é o consumo do espaço por excelência e desta forma insere-se na lógica do mercado, contribuindo para a segregação socioespacial, uma vez que seleciona áreas com atributos diferenciados e por consequência, os grupos aptos a visita-los. Para que o deslocamento seja considerado uma atividade turística, ele requer uma permanência de no mínimo 24 horas.

O processo de globalização, potencializado com a modernização dos meios de comunicação e transportes, facilitou o crescimento do setor de turismo no mundo. O turismo adquire uma conotação de obrigatoriedade na vida cotidiana, uma vez que a mídia e a publicidade fomentam a divulgação das paisagens e facilitam o seu acesso, transformando-as em mercadorias do consumo, numa promessa de realização pessoal cada vez mais programada.

No arranjo espacial da atividade turística, há áreas que são consideradas como emissoras de turistas, áreas receptoras de turistas e áreas que agregam as duas funções, como as metrópoles, pois oferecem tipos diferentes desta atividade, como turismo de negócios, turismo balnear, turismo religioso, turismo cultural, turismo rural, ecoturismo e etc.

As áreas receptoras da atividade turística ganham com a geração de divisas nos setores a ela relacionados, como hotelaria, comércio, restaurantes, transporte, etc. Porém essas áreas sofrem com a presença massiva e sazonal dos visitantes, podendo ocasionar a degradação dos seus atrativos.

No processo de valorização de determinadas paisagens, sejam elas culturais ou naturais, a atividade turística acaba por fragmentar o espaço geográfico e consequentemente, ocorre a marginalização das áreas não receptoras pelos agentes

produtores do espaço. Cabe ao Estado, regulamentar e controlar os espaços de interesse público e privado, garantindo a harmonia da população como um todo.

Segundo Silva (2010), o turismo é uma prática social, determinada pela cultura, que mobiliza diversas atividades socioespaciais, revelando os valores que a sociedade adota em cada momento histórico.

O turismo é uma atividade econômica que atende os três setores da economia, sendo que o setor terciário é o que mais contribui para a prática do turismo. Dessa forma, o turismo influencia no crescimento econômico dos municípios receptores e pode contribuir para o desenvolvimento social, devendo ser estimulado pelas políticas públicas.

As regiões turísticas sofrem alterações ao longo do tempo, conforme as mudanças de interesses das agências de turismo, dos gestores públicos e da população em geral. Assim, o patrimônio cultural insere-se nessa lógica do turismo, alterando as funções dos imóveis conforme os interesses vigentes dos agentes produtores do espaço. Às vezes, esse processo pode ainda resultar na desapropriação da população local, para ceder às demandas do capitalismo.

Essa padronização das formas e estruturas das cidades industriais do mundo globalizado e sua realocação em áreas mais periféricas gerou uma necessidade de busca pelo diferente. Assim, o turismo torna-se cada vez mais essencial na vida cotidiana dos trabalhadores e o capitalismo o massifica enquanto meio de busca pelo diferentes para se obter a mais-valia.

A relação do turismo com o patrimônio cultural material remonta à França do século XVIII quando os revolucionários perceberam a importância de preservação do patrimônio para a obtenção de lucro com as viagens. A Itália também serve de

referência nesta relação uma vez que recebe grande fluxo de visitantes que contemplam e visitam seus belos monumentos e sítios.

O turismo cultural logo percebeu que fazia-se necessária uma infraestrutura de serviços para organizar esses fluxos. Segundo Camargo (2002), o turismo cultural se consolidou no fim do século XIX na Europa com o circuito clássico da Antiguidade romana e grega, Idade Média e Renascimento, civilização árabe-andaluz, antiguidades egípcias e do Oriente Próximo.

Já no Brasil esse período ainda era marcado pelas viagens em busca da natureza exótica de seus habitantes e paisagens. A visitação para contemplar nosso patrimônio cultural só começaria no início do século XX.

A conservação e revitalização dos edifícios históricos tem por objetivo inseri-los no contexto do turismo, assim há uma tendência de manutenção das formas e alteração das funções desses imóveis. Todo o setor de serviços como hotelaria, transporte, agências bancárias e restaurantes dão suporte ao turismo, tornando-o mais rentável.

Expor um edifício histórico ao desgaste da visitação turística é uma alternativa que deve ser ponderada, levando em consideração sua estrutura e fluxo dos usuários potenciais. Outro fator que influencia no turismo do patrimônio histórico é o acesso que deve estar adequado, em termos de vias de acesso e meios de transportes disponíveis, ao recebimento do fluxo de pessoas estimados.

As relações estabelecidas entre os moradores da cidade e seus bens culturais são mais profundas quando esses bens fazem parte do seu cotidiano e de seu trabalho. Já os turistas, se relacionam com os bens culturais no nível da fruição, ou seja, na contemplação desses bens por meio de visitas guiadas, que enaltecem determinados aspectos dos mesmos, quase sempre vinculados à sua representatividade.

As políticas públicas destinadas a estimular o turismo devem buscar parcerias com diversos agentes da sociedade. Essa atividade vem crescendo no país, gerando mais renda e empregando mais trabalhadores, inclusive para os setores da economia a ela relacionadas. Segundo Yázigi (1999), para que a atividade turística se realize a contento é necessário que os atrativos da paisagem sejam valorizados primeiramente pelos habitantes locais, no sentido de contribuírem para a conservação desses bens, e assim atraírem visitantes que estão em busca de descobrir lugares diferentes.

1.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL E NO MUNDO

A preocupação da Geografia com a questão patrimonial passa pela discussão dos significados, representações, arranjos e funções que a mesma exerce sobre o espaço na reprodução da realidade socioespacial. Assim, o patrimônio é mais um reflexo da realidade socioespacial que é desigual e contraditória, revelando os interesses de classe do passado que são selecionados para serem lembrados no presente.

O patrimônio além de seu caráter cultural, de identidade, insere-se na esfera de bem de consumo com o turismo e, portanto, deve ser compreendido por meio da Geografia como objeto do planejamento urbano e regional.

Toda produção cultural é ao mesmo tempo histórica e social, no entanto, o patrimônio remete a um bem cujo valor ou significado de sua construção representa a memória de um grupo que precisa ser conservado.

Segundo Camargo (2002), o valor simbólico atribuído aos bens patrimoniais depende do grau de importância que o grupo confere à memória coletiva daquele bem que o ressignifica no presente dentro das condições técnico-científicas nas quais estamos inseridos.

Ao valorizar uma obra do passado, seja ela tangível ou intangível, devem ser elucidadas as relações sociais e as relações do grupo com o espaço geográfico, que a produziram, levando em conta os conflitos de interesses subjacentes a fim de que o patrimônio contribua para compreendermos a trajetória humana e a realidade presente. Assim, o passado e a memória podem ser ressignificados e colocados dentro de um contexto social e econômico mais amplo.

A necessidade de permanência das formas antigas no cenário urbano é justificada pelo valor estético e artístico do bem, pela sua relevância histórica e pelo papel educativo dos mesmos. Quando adquire o status de patrimônio, este imóvel deve ser integrado à vida cotidiana, por meio de novas relações que se estabelecem, sejam elas mediadas pelo turismo, lazer, ou ensino, religião e trabalho, dentre outros.

O patrimônio material se situa na lógica da produção do espaço urbano como qualquer outro uso do solo e assim, os lucros advindos desse uso fica nas mãos dos agentes produtores, principalmente do Estado e dos promotores imobiliários.

Para Nigro (2010), a análise do patrimônio como atributo turístico se torna muito desafiadora para a Geografia, uma vez que reúne lógicas contraditórias de mercado e políticas de patrimonialização, de forma a não banalizar as dimensões históricas e culturais dos bens, transformando-os em mera mercadoria pelos pacotes turísticos.

O patrimônio cultural é produzido socialmente por determinadas condições históricas e espaciais, em um processo conflituoso de interesses de classe, cabendo à Geografia compreender como a cultura se relaciona com o espaço, determinando suas formas e estruturas.

A noção de monumento histórico foi definida na França no século XIX, considerando os bens da Antiguidade, os edifícios da Idade Média e alguns castelos.

Com o passar do tempo, os bens inventariados se multiplicaram, mas sempre levando em consideração seu caráter elitista.

Segundo Choay (2001), a necessidade de salvaguardar o monumento histórico é imprescindível para perpetuar a memória local. Com o advento da imprensa e outras técnicas como a fotografia e vídeos, torna-se possível registrar o passado para além da pedra e cal.

Durante a fase do Renascimento, o conceito de patrimônio estava atrelado aos bens da Antiguidade Clássica, ao passo que, no século XIX o conceito de monumento histórico surge na França para os bens materiais móveis e imóveis que promoviam a identidade nacional. Após a segunda metade do século XX, o conceito de patrimônio passou a considerar os vínculos afetivos de memória do grupo social, englobando áreas mais vastas do terreno.

Até a II Guerra Mundial, o patrimônio era encarado com a concepção de monumento, sendo que alguns bens eram escolhidos e preservados no espaço geográfico para a preservação de uma identidade histórico-cultural. Após este momento histórico, o patrimônio passou a englobar áreas mais extensas do território, democratizando as histórias e identidades culturais.

A adoção do termo Patrimônio Histórico começou a ser utilizado a partir de meados do século XX, quando foi ampliada a noção de um momento isolado de arquitetura clássica para os bens arquitetônicos populares, industriais e que cobriam áreas mais extensas do território, conforme a lista do Patrimônio Mundial criada pela UNESCO (2015).

O patrimônio histórico pode ser dividido em duas categorias: móveis e imóveis, sendo que a primeira trata dos objetos dispostos em museus, como obras de arte, utensílios diversos, etc. para serem visitados pelo público em geral, com a função de

preservar a memória e identidade cultural, por outro lado, o patrimônio imóvel, trata das construções históricas como: igrejas, casarões e etc. particulares ou públicas que podem ter sofrido transformações em sua função ao longo dos anos.

Segundo Yázigi (1999), o patrimônio ambiental urbano refere-se às extensões mais vastas do território que preservam, em suas formas e estruturas, a herança de um passado significativos para determinado grupo social, ao passo que um monumento isolado na paisagem urbana dificilmente contribui para a sua consciência histórica. No entanto, é o patrimônio ambiental urbano que vem sendo amplamente devastado pela sociedade junto com as grandes paisagens naturais.

As informações do entorno dos bens patrimoniais, do terreno e dos bens em si formam o arcabouço necessário para a inserção do mesmo nos processos de conservação e para as atividades turísticas. É mediante um conjunto de atividades turísticas podem-se obter os recursos necessários para a conservação dos imóveis patrimonializados, uma vez que a sociedade obtém as divisas a partir desta atividade e o patrimônio passa a ser valorizado simbolicamente.

Recentemente, a noção de patrimônio passou a englobar os saberes e costumes tradicionais, denominados de Patrimônio Cultural Imaterial, tanto que ao restaurar um bem patrimonial deve-se levar em consideração as técnicas empregadas em sua produção.

A UNESCO reconheceu o valor do Patrimônio Imaterial que incluem os saberes, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas (instrumentos, objetos, artefatos e lugares associados) que as comunidades, grupos e indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, por meio da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” de 2003 que prevê a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Assim, podemos dizer que o patrimônio cultural se divide em bens tangíveis ou materiais móveis (objetos de arte, documentos, fósseis e etc.) e imóveis (sítios, monumentos, templos e edifícios) e intangíveis ou imateriais, tais como os costumes, crenças, rituais, danças, tradição oral, dentre outros.

A existência de construções antigas na paisagem urbana, revela condições e meios de reprodução da vida de épocas pretéritas, os quais não mais condizem com a atualidade. Porém, a descontinuidade temporal dessas formas antigas na paisagem fortalece os vínculos entre o grupo social e o espaço que ocupa, tornando-se referenciais nos trajetos e memórias afetivas dos cidadãos na paisagem.

Além do imóvel patrimonializado em si deve-se levar em conta a localização do mesmo na paisagem urbana como fator imprescindível na sua valorização simbólica do mesmo, pois a paisagem do entorno serve para valorizar o bem quando complementa os significados atribuídos.

As áreas ao redor do bem tombado também sofrem alterações no que diz respeito à sua especulação imobiliária, políticas públicas e fluxo de pessoas e serviços. Portanto, a definição dos imóveis a serem conservados acaba privilegiando alguns segmentos da sociedade em detrimento de outros, esse processo está longe de ser isento de interesses.

O patrimônio material que está na forma de ruínas representa uma antítese, pois está ao mesmo tempo destruído e preservado, desta forma preserva-se o bem ainda que no estado de destruição. Seu testemunho na paisagem revela o passado e as transformações que a sociedade enfrentou a ponto de estilhaçar suas formas e em seguida, manter seus fragmentos no presente, contando uma história única de conflito de interesses e da passagem do tempo e suas marcas na paisagem.

Segundo Pereira (2012), a ruína preserva o valor artístico de suas formas e agrega outros sentidos simbólicos ou poéticos, porém não é considerada mais uma arquitetura, pois perdeu sua função e estrutura. No entanto, sejam quais foram os motivos que levaram à sua destruição, a permanência das ruínas na paisagem nos chamam a atenção sobre a efemeridade da vida materializada no espaço geográfico, podendo ao mesmo tempo significar a morte como também, a resistência.

As políticas de preservação e conservação do Patrimônio Cultural não deveriam ter como objetivo congelar o passado da sociedade, mas inserir esses bens no desenvolvimento atual. Assim, as características básicas das formas devem ser respeitadas, suas funções antigas valorizadas e suas novas funções definidas pelas necessidades atuais da sociedade.

As práticas de valorização do patrimônio histórico possuem vertentes antagônicas, ora primando pela preservação e restauro e ora primando para o apelo mercadológico do bem, conferindo-lhe ares modernos e transformando-o em espetáculo para o consumo. A valorização dos bens e sítios históricos se dá por meio da educação e divulgação da história e relevância dos mesmos, inserindo-os no cotidiano da população local e visitante.

Ao discutir o patrimônio cultural e sua relevância para a sociedade contemporânea, não devemos reduzi-lo a um mero recurso para a geração de divisas com o turismo e sim sua importância para o fortalecimento dos vínculos entre a população e o lugar que habita. Para que esse processo seja desencadeado é preciso que esses imóveis sejam identificados pela população como espaços de identidade e memória, por meio da educação patrimonial, de políticas públicas voltadas à valorização desses bens e da inserção desses imóveis no cotidiano da população.

Os diferentes enfoques dados às políticas de patrimonialização, vão além do caráter histórico e da memória, pois estas revelam uma tendência à seleção, fragmentação e plasticidade. O confronto do passado com o presente, por meio da musealização do patrimônio nos moldes contemporâneos, com a presença da tecnologia e da interatividade, tem um efeito mais significativo sobre a compreensão das transformações das técnicas, conhecimentos e artes desde que haja um cuidado no tratamento com a contextualização dos objetos, imprimindo-lhes os conteúdos os quais lhes eram atribuídos.

As políticas públicas voltadas para a conservação do patrimônio cultural, definidas por Cruz (2012) de “patrimonialização do patrimônio” inserem esses bens na lógica do mercado, tornando-os mercadorias para o consumo graças ao valor de troca que adquirem. O processo de mercantilização do patrimônio cultural acaba por degradar tais imóveis pelo turismo, gerando a antítese das políticas que o valorizaram.

Segundo esta autora, essas políticas têm como consequência o confronto entre as noções de público e privado, pois uma vez atribuído ao bem o valor de herança cultural, ele se torna testemunho de um passado mais amplo e adquire um caráter coletivo.

O Estado deve garantir, por meio da legislação e fiscalização, que o patrimônio cultural seja preservado em seu território. No entanto, cabe a toda a sociedade valorizar esses bens, mediante à sua refuncionalização, e assim conservá-los.

As políticas de patrimonialização do patrimônio cultural surgiram na França pós revolução burguesa como meio de difundir a identidade do Estado-Nação, por meio de bens móveis e imóveis, cujo modelo foi copiado em vários países do mundo ocidental, incluindo o Brasil.

A partir da Revolução Industrial as pessoas ficaram absortas pelo ritmo acelerado de produção/circulação/consumo, impostos pelo capitalismo, e pela vida

urbana. Com isso, tornaram-se alienadas à sua condição histórica, sentindo-se insignificantes perante sua própria existência. Assim, a negação da história foi marcante para a depredação e destruição de várias construções desse período.

A ideia de isolar os monumentos históricos na paisagem urbana foi uma medida de Eugène Haussmann para a cidade de Paris no século XIX que tinha como objetivo facilitar o acesso durante as festividades civis e também por ocasião dos levantes populares comuns da época.

A partir da década de 1930, a discussão do patrimônio cultural material ficou a cargo dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM).

Ao longo da primeira metade do século XX houve uma preocupação por parte dos arquitetos em conservar os elementos do passado de forma contextualizada, numa relação mais estreita com a memória, revelando a cultura e os problemas socioespaciais enfrentados em períodos anteriores.

Os congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) no início do século XX foram uma tentativa de discutir e solucionar as questões que os arquitetos não conseguiam resolver isoladamente.

Segundo Gideon (2004), o IV CIAM, realizado em Atenas de 1933, estabeleceu os princípios do planejamento urbano contemporâneo, por meio de estudos comparativos de 33 cidades, resultando em um documento intitulado “Carta de Atenas”. Esta Carta procurava racionalizar e organizar o espaço urbano por meio de quatro noções básicas: habitação, trabalho, lazer e circulação. A Carta de Atenas, levantava as relações entre os monumentos históricos e a cidade, e propondo estratégias para a conservação e restauração dos mesmos.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), fundada após o término da II Guerra Mundial, liderou a constituição de várias

iniciativas em defesa dos direitos humanitários e inclusive do patrimônio, sendo este dividido em cultural, natural ou misto.

Em 1964, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios da UNESCO redige a “Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração dos Monumentos e dos Sítios” ou “Carta de Veneza”. Nela, a noção de monumento histórico, consagrada no século XIX durante a Revolução Francesa, cede lugar para a noção de patrimônio que engloba não só os edifícios isolados, religiosos ou civis, que perpetuam os valores nacionais, mas também as construções mais populares e/ou as manifestações culturais típicas de um povo, ou seja, o patrimônio imaterial.

Em 1972 a UNESCO realiza sua 17ª Conferência Geral em Paris e redige o documento intitulado “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural” reconhecendo o valor universal excepcional de algumas áreas do planeta Terra que devem constituir o patrimônio comum da humanidade.

Nesta convenção, a UNESCO classificou o Patrimônio Cultural como sendo os monumentos, grupos de edifícios ou sítios, e ainda as esculturas, pinturas monumentais ou de caráter arqueológico, e as obras isoladas ou conjugadas do homem e da natureza, que possuem valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Já o Patrimônio Natural ficou definido como as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal.

A partir desta convenção, a UNESCO conseguiu a adesão de cerca de 190 Estados Membros, incluindo o Brasil, a partir de 1978, que se comprometeram em identificar e conservar os sítios tombados. A Convenção de 1972 previa a participação

das comunidades locais e alertava sobre os desafios contemporâneos que podem comprometer a conservação dos bens tombados, inclusive o turismo.

Os países que ratificaram o acordo deviam indicar os bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e a inscrição do bem, seria avaliada pelos órgãos assessores da Convenção (ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza), a qual seria aprovada anualmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial.

A lista do Patrimônio Cultural Mundial criada pela UNESCO, inclui atualmente 1007 sítios, sendo 779 culturais, 197 naturais e 31 mistos espalhados em 161 países ao redor do mundo. Os Estados devem relatar o estado de conservação dos sítios, adotando medidas para preservá-los e divulgá-los, visando atrair o interesse público. Caso essas medidas não sejam cumpridas, corre-se o risco do bem ser retirado da lista.

No entanto, observa-se, ao redor do mundo, que os desastres naturais, os conflitos armados, furtos, a urbanização desenfreada e o turismo são os principais fatores de risco para esses imóveis.

A relação dos bens a serem conservados no espaço geográfico deve ser amplamente divulgada, uma vez que a cultura e história de um povo não deve ser representada por apenas uma minoria elitista.

A preservação de conjuntos mais vastos do território como bairros e centros históricos, previstos na “Recomendação de Nairóbi” (UNESCO) de 1976, contribui para uma representação histórica mais coletiva, de forma a resistir ao elitismo ou à padronização das formas do mundo contemporâneo.

Segundo a UNESCO (2015), os 19 bens que compõem a lista do Patrimônio Mundial no Brasil são salvaguardados com a colaboração do poder público federal,

estadual e municipal e a sociedade civil. Dos 19 bens tombados, 12 são sítios do Patrimônio Cultural e 7 são sítios do patrimônio natural, conforme lista abaixo:

Sítios do Patrimônio Mundial Cultural no Brasil

- 1980 - A Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais
- 1982 - O Centro Histórico de Olinda, Pernambuco
- 1983 - As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande de Sul e Argentina
- 1985 - O Centro Histórico de Salvador, Bahia
- 1985 - O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais
- 1987 - O Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal
- 1991 - O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí
- 1997 - O Centro Histórico de São Luiz do Maranhão
- 1999 - Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais
- 2001 - Centro Histórico da Cidade de Goiás
- 2010 - Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, Sergipe
- 2012 - Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar

Sítios do Patrimônio Mundial Natural no Brasil

- 1986 - Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu, Paraná e Argentina
- 1999 - Mata Atlântica - Reservas do Sudeste, São Paulo e Paraná
- 1999 - Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo
- 2000 - Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central
- 2000 - Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
- 2001 - Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, Goiás
- 2001 - Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas

Tanto nosso patrimônio cultural material como o natural são dotados de grande singularidade dadas as condições históricas de ocupação do nosso país e as características físicas de nosso território.

Devido ao processo de urbanização brasileiro ter sido tardio, por volta do final do século XIX, o nosso patrimônio cultural material é representado, em sua maioria, por edifícios isolados nas regiões centrais que entraram em processo de decadência a partir de meados do século XX e destruíram grande parte desses imóveis. Já as cidades do ciclo do ouro em Minas Gerais e Goiás erguidas durante o século XVIII, preservaram grande parte de seu sítio urbano, pois ficaram à margem do processo de industrialização.

A arquitetura que se desenvolveu no Brasil nos primeiros séculos de sua colonização era uma arquitetura lusitana que ganhava certas características próprias e foi se desenvolvendo no território devido às adaptações dos materiais e métodos que eram disponíveis em cada local. Esse traço de identidade própria torna-se claro nas edificações das Missões Jesuíticas do século XVII e com a arquitetura barroca nas cidades mineiras do século XVIII.

O século XIX foi marcado pela vinda da Missão Francesa e a fundação da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro que enaltecia os estilos arquitetônicos universais, como o neoclássico, neogótico, *art nouveau* e etc. Sendo essas as tendências a serem adotadas em solo brasileiro até o início do século XX, quando há a retomada da identidade nacional com a valorização do neocolonialismo e o desenvolvimento do modernismo.

A mistura étnica e cultural decorrente do processo de colonização no Brasil está refletida no espaço urbano e rural por meio dos mais variados estilos arquitetônicos e as

técnicas empregadas na construção, seja elas industriais, residenciais, religiosas ou comerciais.

A arquitetura barroca, neoclássica e modernista são os exemplares mais procurados para as políticas patrimoniais e representam uma imponência elitista no espaço geográfico brasileiro. Esses estilos arquitetônicos são o legado cultural deixado pelos colonizadores e imigrantes europeus nas paisagens urbanas e rurais do Brasil que se contrapõe às manifestações populares dos povos africanos e indígenas.

Ao longo de quase cinco décadas, a visão do patrimônio cultural no Brasil ficou restrita ao barroco-colonial, marcado pelo movimento modernista que rejeitou as obras do século XIX, influenciadas pela Missão Artística Francesa. A partir da década de 1980, em função de algumas mudanças no IPHAN, como a inclusão de obras populares no acervo do patrimônio nacional brasileiro, quebrou-se o paradigma do patrimônio elitista.

Por ser um país de capitalismo periférico, o processo de industrialização se deu de maneira tardia e acelerada, onde o império do novo representava a inserção do país no progresso e desenvolvimento mundial. O que se observou tanto nas regiões metropolitanas quanto nas cidades médias foi a destruição de grande parte do nosso patrimônio histórico em razão do crescimento econômico a qualquer custo.

Por outro lado, as cidades históricas que ficaram à margem da industrialização, como Olinda, Cidade de Goiás, algumas cidades de Minas Gerais, dentre outras, conseguiram ter seus sítios históricos preservados ao longo do século XX. Assim como boa parte das regiões centrais das áreas urbanas brasileiras, que sofreram seu esvaziamento industrial e comercial para outras áreas da malha urbana, estas cidades também conseguiram preservar áreas mais extensas do patrimônio histórico e hoje encontram-se em processo de requalificação.

A partir de meados do século XX observa-se que as indústrias passam a se localizar em áreas afastadas dos centros das cidades brasileiras, buscando áreas específicas para a sua concentração. Assim, os prédios que abrigavam tais atividades adquirem novas funções e, a partir dos anos 1990, passam a se constituir em espaços que possam representar outra possibilidade de mercado de negócios, o turismo cultural. Assim, grande parte do patrimônio material das cidades brasileiras se encontra nos centros históricos, que quase sempre perderam suas funções originais e às vezes encontram-se em estado de degradação ou destruição de suas formas originais.

A refuncionalização do patrimônio cultural material no espaço geográfico implica na seleção dos bens em seu aspecto histórico-cultural que acaba priorizando alguns segmentos sociais, perpetuando nas paisagens rurais e urbanas no Brasil uma noção de classe e valor. Assim, as políticas públicas de conservação do patrimônio cultural devem passar pela participação social, desde a escolha dos imóveis a serem preservados até as funções que eles adquirirão, assim garante-se uma conservação mais efetiva do patrimônio, pois tornam-se espaços mais significativos para a população.

Ao completar o processo de tombamento, o bem cultural adquire novo status, nova importância na paisagem e no cotidiano da população, por possuir o reconhecimento de seu valor único para a história nacional ou regional.

No Brasil, quando os bens patrimoniais não estão atrelados à noção de identidade histórica do grupo no qual está inserido, seja pela ineficácia das políticas de planejamento ou de educação, eles ficam à mercê do vandalismo e depredação, pois esses espaços quase sempre públicos estão associados a uma noção equivocada de que não pertencem a ninguém. Esse equívoco leva os imóveis a serem palco de contestação uma vez que o povo não se considera parte integrante do governo ou da história em nosso país e o nosso patrimônio vai se degradando na paisagem.

Segundo Holanda (1995), o autoritarismo vivenciado pela “cultura da casa-grande” durante os séculos de colonização agroexportadora no Brasil invadiu todos os segmentos sociais que o reproduziu nas relações que estabelecem com o território e entre os segmentos sociais, numa tentativa de se impor perante os demais e o espaço por meio da força. Esse padrão de imposição e impunidade da “casa-grande” foi construído pelos privilégios sociais que a mesma desfrutava e se estendeu no cotidiano do povo brasileiro como forma de afirmação, da mesma forma que o comportamento contrário - a gentileza, a polidez, o respeito e a retidão com o próximo e com o meio em que vive, são comportamentos associados ao servilismo da “senzala” e assim desprezados pela população.

O passado histórico no Brasil, que sempre fora considerado como sinônimo de atraso, até o início do século XX passa a ser integrado nas campanhas nacionalistas do período. Vale lembrar o contexto histórico desta época, o colapso do modelo agrário-exportador, o desenvolvimento industrial, a urbanização acelerada, a imigração de europeus e asiáticos, a migração inter-regional, e o processo de secularização. Todas essas mudanças contribuíram para a necessidade de fomentar um sentimento de unidade da nação.

Em 1924, os percursores da Semana da Arte Moderna realizam uma viagem pelo interior do país conhecida como “Viagem da Redescoberta” em que os mesmos visitaram as cidades mineiras de Ouro Preto, São João del-Rei e Tiradentes e o patrimônio cultural se tornou um grande atrativo.

Nove anos mais tarde a cidade de Ouro Preto é erigida como Monumento Nacional por meio de um decreto, consolidando o reconhecimento do patrimônio cultural pelo seu valor histórico e artístico bem como a necessidade de preservação.

Em 1933, cria-se a Inspetoria de Monumentos Nacionais que se transforma no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) quatro anos mais tarde e que passaria a se chamar IPHAN, responsável pela proteção do patrimônio cultural nacional.

Segundo Cruz (2012), foi Mário de Andrade, em pleno movimento modernista, que escreveu o primeiro anteprojeto de lei de proteção ao patrimônio cultural em 1936. Nesse contexto, o Brasil buscava definir sua identidade histórico-cultural para firmar o sentimento de nação. Assim, como a França no século anterior, num processo de “patrimonialização do patrimônio”.

Segundo Pereira (2012), o anteprojeto de lei criado pelo poeta modernista Mário de Andrade para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, fez uso do termo “tombamento” pela primeira vez se tratando do patrimônio cultural nacional. Para o autor, termo tombamento estava associado ao sentido de registro, catálogo e inventário provenientes da Torre do Tombo em Portugal.

Um ano mais tarde o tombamento do patrimônio cultural material foi oficializado pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 pelo Sphan, que tinha como intenção, assim como o anteprojeto de Mário de Andrade, inibir a evasão e destruição do patrimônio cultural nacional, inserir o país no patamar dos países civilizados que protegem seus bens e com eles promover um senso de identidade própria. Assim, nossa identidade cultural foi definida inicialmente pelos bens de estilo barroco-colonial, marcada pelas feições únicas advindas da mistura portuguesa e sua colônia mestiça.

O Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional estabelece:

“Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (BRASIL, 1937).

Assim, o processo de tombamento do patrimônio cultural nacional, previsto no Decreto-Lei de 37 engloba uma série de ações administrativas, burocráticas e jurídicas que contribuíram para fortalecer a noção de brasilidade por meio da nossa história, memória e valores. A tomada de consciência da relevância de proteção do patrimônio histórico nacional por parte dos gestores e da população está ainda em formação. Como resultado desse processo temos a degradação e/ou destruição de vários bens de relevância histórico-cultural nas áreas urbanas e rurais brasileiras.

Foi apenas na década de 1990 que as políticas nacionais ampliaram a atuação do IPHAN para além dos monumentos isolados, englobando também os sítios e centros históricos, bem como lançaram o debate sobre o Patrimônio Cultural Imaterial com a “Carta de Fortaleza” em 1997.

O IPHAN no Brasil, classifica o patrimônio cultural material segundo sua natureza, registrando-o em seus livros Tombo: Histórico; das Artes Aplicadas; das Belas-Artes; e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Segundo Pelegrini (2009), a atuação do IPHAN se desdobra em legislações específicas para a proteção do Patrimônio Cultural nacional, destacando: a criação do instituto de tombamento dos bens materiais com o Decreto-Lei nº 25 de 1937; proteção dos sítios arqueológicos pela Lei da Arqueologia nº 3.924/1961; ampliação do conceito de Patrimônio Cultural nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; registro do Patrimônio Cultural Imaterial com o Decreto-Lei nº 3.551/2000; e a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN com o Decreto nº 5.040/2004.

As ações do IPHAN para proteger o patrimônio cultural brasileiro promovem a melhoria da qualidade de vida, por meio da conservação da memória e da identidade da população, com ações atreladas aos conceitos de identidade, memória, reabilitação urbana, restauração, revitalização, salvaguarda e tombamento.

A conservação dos edifícios históricos no Brasil é estimulada pelo poder público, mediante incentivos fiscais, desde que previamente aprovado pelo IPHAN. Os estados e municípios também tem autonomia para criar seus conselhos e órgãos específicos de forma a incentivar os proprietários desses imóveis.

Além do registro e tombamento, os municípios devem incluir em seus planos diretores, leis específicas para o patrimônio material dentro das políticas de desenvolvimento urbano.

Para preservar o seu patrimônio cultural imaterial, o Brasil tem utilizado o instrumento do registro das manifestações culturais, saberes e fazeres que precisam além disso, ser divulgados e apreciados pela sociedade para que permaneçam vivos em nossa cultura.

O processo de revitalização dos centros históricos no Brasil e no mundo, são quase sempre acompanhados da expulsão da população que ali residia para ceder lugar aos bares, restaurantes e lojas, atraindo o consumo. A população na maioria das vezes, é encaminhada para regiões periféricas e sem infraestrutura que reforça a segregação socioespacial e suas consequências nefastas. A revitalização dos centros históricos só se torna positivo para a cidade quando é um processo inclusivo, quando a população local também é valorizada e inserida nesse processo.

Outro descompasso desse processo é a forma como a população local que criou vínculo identitário com esses bens é tratada, muitas vezes desconsideradas pelo o

mercado turístico, sendo removidas dessas áreas, esvaziando-as de conteúdo afetivo, como o caso do Pelourinho em Salvador (BA).

Em 1975, foi criado o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural) sob direção de Aloísio Magalhães, ampliando a valorização das diversas manifestações culturais no Brasil.

A Constituição de 1988 prevê uma concepção de Patrimônio Histórico material e imaterial voltado para a memória e o direito à cidadania cultural, envolvendo todos os membros da sociedade em sua conservação.

Ainda que a preocupação com o patrimônio intangível tenha ganhado força nos fóruns de debate e centros de pesquisa, as políticas do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ainda são, em sua maioria, voltadas para o patrimônio material que representam uma cultura elitista europeia.

As primeiras políticas públicas voltadas ao turismo no Brasil são do início do século XX, no entanto, o desenvolvimento dessa atividade sempre foi considerado menos relevante de que outras para o país. Foi somente, a partir da década de 1990 que o Governo Federal passou a dar mais atenção a essa atividade com a criação de planos privilegiando, a região Nordeste devido às suas características naturais e históricas e dada à sua marginalização econômica no país.

A Era Vargas (1930-1945) no Brasil, foi marcada pelas políticas de integração nacional e o turismo passou a ser estimulado pela criação do descanso semanal e das férias remuneradas. Ainda assim, a consolidação das leis trabalhistas não foi suficiente para incluir as classes menos favorecidas na prática do turismo, pois haviam outros entraves como a rede de transportes que ainda era baseada na ferrovia e hidrovia.

Segundo Camargo (2002), a visitação do patrimônio cultural por meio do turismo nessa época do Brasil era uma atividade desfrutada pela elite que a criou. Aos

demais segmentos da sociedade, o patrimônio cultural seria conhecido apenas nos bancos escolares e nos livros de história, garantindo a identidade e a ordem nacionais.

O patrimônio cultural brasileiro foi largamente devastado durante o século XX, devido ao rápido processo de urbanização e industrialização que se verificou, enquanto nação de desenvolvimento periférico. A década de 1950 foi marcada pelo desenvolvimentismo acelerado de “50 anos em 5” do presidente Juscelino Kubitschek, fortalecendo uma classe média que agora tinha os meios de transporte e as novas vias de acesso para desfrutar seu tempo livre.

Em 1966, em plena ditadura militar, foi criado o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), que via o turismo como uma indústria, centralizando e controlando suas atividades.

A década de 1980, foi marcada pela bandeira ambiental, que teve no turismo um novo filão de mercado o “ecoturismo”. Além disso, o Brasil se redemocratizava, afrouxando o controle sobre suas autarquias e liberalizando o mercado. Assim, o turismo deixa de ser uma atividade controlada unicamente pelo governo e passa a incorporar a iniciativa privada.

Em 1992 foi criado o Plano Nacional do Turismo (Plantur) tendo em vista a atividade turística, enquanto desenvolvimento regional, descentralizando a infraestrutura do Sul e Sudeste para as regiões mais periféricas do Brasil.

No final do século XX, o turismo passa a ser cada vez mais valorizado enquanto forma de integrar o território nacional diminuindo as desigualdades regionais. Para tanto, o investimento na área de transportes foi primordial para a sua ampliação e modernização.

O turismo cultural vem crescendo nas cidades brasileiras, graças à difusão de políticas de conservação do nosso patrimônio histórico. Assim que definidos os bens

patrimoniais a serem conservados, eles devem ser registrados a partir de documentos cartográficos e de publicidade que irão localizá-los no arranjo espacial, contribuindo para o desenvolvimento das atividades turísticas.

1.3 POTENCIAL DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL EM LIMEIRA (SP)

A cidade de Limeira pertence à Região Administrativa de Campinas, conhecida historicamente pelo seu importante papel no desenvolvimento da cafeicultura do Estado de São Paulo com a utilização da mão de obra livre dos imigrantes europeus; pela centralidade da sua localização no Estado que proporcionou uma intensa malha rodoviária; pela presença de importantes instituições de ensino e pesquisa; e pelo destaque do setor industrial.

O município de Limeira é a sede da Microrregião de Limeira no Estado de São Paulo, que integra oito municípios vizinhos: Araras, Conchal, Leme, Santa Cruz da Conceição, Cordeirópolis, Iracemápolis, Limeira e Santa Gertrudes.

O município está situado no entroncamento de importantes rodovias que ligam o Estado à Minas Gerais e à Região Centro-Oeste, além da ferrovia que escoar a produção da Região Amazônica à Santos. Sua posição estratégica na malha rodoviária paulista, encontra-se rodeada pelas rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luís, as quais possibilitaram o desenvolvimento econômico e urbano do município de Limeira.

A cidade se encontra há 154 km da capital ocupando a região leste do Estado e está localizada há 22°33'53" de latitude Sul e 47°24'06" de longitude Oeste, num terreno cuja altitude varia de 500 a 800 metros.

O Morro Azul é o ponto culminante do município com 831 metros de altitude e cujo destaque na topografia local foi referência aos tropeiros que por aqui passavam. Algumas fazendas importantes para o município como a Ibicaba, Morro Azul e Quilombo localizam-se nas vertentes do Morro Azul e foram responsáveis pelo desenvolvimento cultural e econômico do município.

O município de Limeira pertence à Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. A vegetação restringe-se à presença de matas ciliares e pequenas manchas de florestas de Cerrado e Capoeira em áreas de difícil acesso e de reflorestamento de eucalipto.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, a população limeirense está estimada em 296.440 habitantes, ocupando uma área de 580.711 km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) vem crescendo nas últimas décadas e em 2010 chegou a 0,775.

O desenvolvimento do município de Limeira foi impulsionado por três fatores: o enriquecimento advindo da cafeicultura; a imigração europeia nas lavouras de café, que introduziu novas técnicas no desenvolvimento agroindustrial; e a infraestrutura viária com rodovias e ferrovia, escoando mercadorias e pessoas.

A região de Limeira era um local de pousio de viajantes e tropeiros que partiam da região Sul em busca de minérios e comércio em Minas Gerais e na região do Centro-Oeste no século XVIII. A ocupação do município se iniciou com o cultivo da cana de açúcar no final do século XVIII e essa foi sendo substituída pelo café em meados do século XIX. O município é conhecido como Berço da Imigração europeia de cunho particular por ter recebido na década de 1840 imigrantes portugueses e alemães para trabalharem na fazenda Ibicaba.

“... o café não somente permitiu a conquista de muitas regiões interioranas do país como também fortaleceu as bases das novas relações sociais do trabalho livre. Este foi um dos grandes responsáveis pelo crescimento das cidades. A circulação do dinheiro dos salários criou condições para o desenvolvimento dos mercados urbanos. As cidades passaram a abrigar um número crescente de trabalhadores livres empregados em atividades terciárias, estimuladas pela forma empresarial como os novos fazendeiros organizaram sua economia. As senzalas foram substituídas pelos cortiços, principalmente nas grandes cidades litorâneas.” (SCARLATO, 2011:425).

Às margens do Ribeirão Tatuibi (tatu pequeno em tupi-guarani), afluente do Rio Piracicaba, cuja nascente encontra-se no Morro Azul, surgia um pequeno povoado em terras de cultivo de cana-de-açúcar. Graças à sua localização favorável e às suas condições naturais, solo fértil, clima agradável e disponibilidade de terras devolutas, atraiu a vinda de proprietários rurais para a região, garantindo seu povoamento por imigrantes europeus, escravos negros e fazendeiros.

A abertura da estrada que ligava Campinas (Vila de São Carlos) ao Rancho do Morro Azul em 1823 foi uma iniciativa dos grandes proprietários rurais como o Senador Vergueiro, como forma para escoar sua produção. Conhecida como estrada do Morro Azul, a via cortava pela metade a gleba de terras doada pelo Capitão Cunha Bastos, formando o primeiro núcleo de povoamento às margens do Ribeirão Tatu.

O Rancho do Morro Azul oferecia abrigo aos viajantes e seu nome deve-se ao ponto mais elevado da Região que possui uma coloração azulada quando avistado de certa distância. Segundo a lenda local, um frei franciscano chamado João das Mercês que passava por estas terras com alguns bandeirantes para evangelizar as populações do interior, fora acometido por súbita febre e dores intensas que resultaram em seu falecimento. O frei foi enterrado próximo ao Rancho e em seu picuí haviam limas que o mesmo carregava como remédio para prevenção e cura de diversas moléstias. Assim, no local surgiu um pé de limeira, daí o rancho passou a se chamar Rancho da Limeira.

Segundo Manfredini (2010), a lenda em torno do surgimento da cidade de Limeira serviu para fomentar a sacralidade das terras locais, justificando o interesse eclesiástico na oficialização do povoado.

A primeira capela edificada em Limeira foi construída em terras doadas pelo Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos em 1820, transformando o pequeno povoado em freguesia Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi que ficou vinculado à Vila da Constituição (Piracicaba) até 1860 quando se emancipou.

A área doada pelo Capitão Cunha Bastos em 1826 para a formação do povoado e construção da capela tinha o traçado ortogonal, arruamento perpendicular entre si, em formato de tabuleiro de xadrez, que corresponde hoje à área central da cidade.

Em Limeira, coube ao Senador Vergueiro, proprietário da Fazenda Ibicaba e mordomo da sociedade criada para administrar a Freguesia, a tarefa de planificar e arruar o povoado, aforar e arrendar os lotes de terreno, reservando áreas para o uso público e destinando as rendas ao patrimônio de Nossa Senhora das Dores.

Como em outras freguesias da região, o Senador Vergueiro desenhou quadras de 1600 braços (7.744m²), quarteirões de 40 braços (88m) e ruas de 60 palmos (13,2m) de largura, conforme as normas lusas desse do período pombalino (BUSCH, 1967).

Segundo Rosada (2010), o arruamento inicial de Limeira, em tabuleiro de xadrez tinha como centro a capela, direcionando as relações sociais e o cotidiano da população local que estava ligada aos cultos religiosos, sendo substituída gradativamente pelo poder do Estado.

Os colonizadores portugueses eram mais flexíveis que os espanhóis na definição do traçado e localização do arruamento urbano, dando a impressão que as cidades lusas não possuíam ordenamento.

Em 1832 oficializa-se a criação do Patrimônio de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi, sob administração do Senador Vergueiro, dono da Fazenda Ibicaba, por meio de uma sociedade pertencente à Igreja Católica.

A corte portuguesa exercia não só o poder político e econômico em suas colônias, mas também o eclesiástico, uma vez que a igreja transferia funções para a realza distribuindo títulos de ordens religiosas como de Grão-Mestre, já que as novas terras ainda não possuíam jurisdição religiosa.

A Igreja se alia à nobreza no Brasil estendendo seu campo de atuação para além da fé e atuando na vida civil por meio dos hospitais, asilos, orfanatos, cemitérios e etc. O cidadão brasileiro nascia, vivia, casava e morria sob a tutela da Igreja Católica.

Um povoado só seria reconhecido politicamente quando era erguida uma capela em seu território, tornando uma freguesia sob guarida da paróquia. Assim, a Igreja ganhava posição de destaque no território e na vida da população, sendo erguida quase sempre que no centro da gleba doada pelos proprietários de terra. Uma vez doada a terra para a paróquia, a gleba em forma geométrica quadrangular, pertenceria ao santo da capela, tornando-se sagrada.

Assim, o ano de 1826 é aquele em que se dá a construção da capela, que marca o início do povoado em Limeira sendo que este se tornou Freguesia oficialmente em 1832 e em 1842 desmembrou-se de Piracicaba e subordinou as Freguesias de São João de Rio Claro e Pirassununga.

Em sua condição de Vila, caberia à Limeira fazer a eleição de vereadores e instalar o pelourinho, a Casa de Câmara e a Cadeia nas quadras patrimoniais menos nobres, reforçando a posição de destaque da igreja no tecido urbano. Em 1863, a Vila de Limeira foi elevada à condição de Cidade.

Ao substituírem a cana de açúcar pelo café, em meados do século XIX, para exportação à Europa, os grandes proprietários de terras atrelavam-se à elite oligárquica da época recebendo a denominação de Barões de Café. Estes tinham suas casas erigidas na área central do solo urbano e se atrelavam à Igreja e à Câmara Municipal definindo os destinos da sociedade local.

FIGURA 03 – Café da Fazenda Ibicaba de Henrique Manzo (Óleo s/ Tela).
Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016.

Devido à nossa herança colonial e as relações sociais que se estabeleceram no Brasil entre colonos, igreja e nobreza, criou-se uma cultura de que para sobreviver era necessário estar vinculado à elite mandante.

A segregação socioespacial em Limeira favoreceu a apropriação da elite econômica dos melhores pontos da malha urbana, desrespeitando o arruamento ou o recolhimento de tributos ao patrimônio conforme era previsto, denotando a subserviência do Estado e da Igreja aos anseios da elite local (MANFREDINI, 2010).

Como em grande parte das cidades brasileiras, a Igreja e a Câmara concediam à elite oligárquica local privilégios na apropriação do território urbano, por meio da isenção de tributos ou da ocupação irregular do terreno. Porém no início do século XX, a Igreja foi deixando de dominar a vida dos cidadãos mediante o processo de secularização, o qual é gradativamente transferindo a autoridade eclesiástica para o

Estado, como a Lei de Terras, regulando a posse da propriedade privada, os registros civis nos cartórios, a escolarização pública e etc (ROSADA, 2010).

Ainda após a promulgação da Lei de Terra em 1850 que regulamentou a propriedade privada em âmbito nacional, em detrimento das terras sagradas da Igreja Católica, o espaço urbano em Limeira, agora transformado em mercadoria, ainda foi palco da segregação social, destinando as melhores áreas para a elite que demarcava seus status social no território urbano.

FIGURA 04 – Capela do Cubatão de José Ferraz Pompeu (Óleo sobre Duratex).
Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016).

Segundo Manfredini (2010), a Igreja teve um forte papel na estruturação da malha urbana devido à sua influência junto à elite oligárquica e à vida civil, espalhando suas sedes, cemitérios e pátios de convívio que atraíam a população abastada a construir suas casas em torno das mesmas, bem como o comércio e serviços.

Segundo Busch (1967), em 20 de abril de 1875 Limeira completou sua ascensão político administrativa desligando-se de Rio Claro. Em 26 de fevereiro de 1886 quatro

mil escravos negros foram declarados livres por um grupo de abolicionistas locais. A imprensa limeirense surgiu em 1873.

As fazendas do século XIX em Limeira concentraram o poder econômico e técnico que moldou a área urbana a partir da cafeicultura, da presença da ferrovia e da expansão do comércio, serviço e indústrias no século subsequente.

A instalação da ferrovia em 1876 foi fator determinante para a expansão da cultura cafeeira, uma vez que transportava de forma mais rápida a produção para o porto de Santos. A ferrovia também contribuiu para a urbanização de Limeira, uma vez que o comércio passou a se concentrar próximo à estação e a vinda de pessoas e equipamentos urbanos fora facilitada pela mesma.

FIGURA 05 – Traçado urbano da cidade de Limeira (SP) em 1876 por Reynaldo K. Busch (1967 apud HEFLINGER JÚNIOR, 2016).

A industrialização em Limeira ocorreu a partir da agroindústria com a fabricação de máquinas e equipamentos destinados às lavouras de café, cana e cítricos.

A localização espacial das indústrias em Limeira foi determinada pela presença da Rodovia Anhanguera, a linha férrea que facilitava o escoamento da produção, se espalhando pelo território em áreas vazias, sem seguir um ordenamento específico o que causou grande desconforto aos moradores.

Atualmente, algumas dessas indústrias, localizadas nas áreas centrais da cidade, foram desabilitadas e estão abandonadas, gerando impactos negativos para a cidade.

A partir do século XX, a malha urbana de Limeira expandiu-se para além do formato de tabuleiro de xadrez, aglutinando antigas chácaras em sua porção periférica, que passaram a ser loteadas pelo mercado imobiliário.

As técnicas e conhecimentos agrícolas desenvolvidas pelos colonos europeus nas fazendas da região de Limeira impulsionaram o surgimento das primeiras indústrias locais e propiciaram o desenvolvimento urbano e regional.

FIGURA 06 – Selo comemorativo.
Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016.

“A partir deste período, os antigos engenhos serão transformados em produtivas fazendas de café, que possibilitaram o desenvolvimento agrário e, posteriormente, industrial da região. As fazendas de café serão as pioneiras no processo de “pré-industrialização”, beneficiado, principalmente, pela vinda dos imigrantes europeus, que vieram trabalhar nestas fazendas. Os imigrantes serão responsáveis pelas novas técnicas de produção utilizadas na agricultura, como: utilização de arado na plantação de café, e o eixo móvel para carroças e utensílios agrícolas. O café foi considerado o “ouro da agricultura”, sendo um dos grandes responsáveis pelo crescimento do estado de São Paulo, o que proporcionou o progresso desta região e do próprio país.” (SCARIATO, 2011:108).

Com a crise do café em 1929, Limeira foi adotando outras culturas como os cítricos, o algodão e também se industrializou. Na aurora do século XX Limeira passou por um rápido processo de industrialização e desenvolvimento tornando-se em 1940 o quinto maior centro industrial do Estado de São Paulo.

Em 1960, Limeira chegou a ser considerada a “Capital da Laranja”, porém a expansão dessa cultura em outras regiões fez com que ela entrasse em decadência. Hoje em dia, a produção agrícola do município é predominantemente da cana de açúcar para a produção de etanol e açúcar.

Embora a produção industrial em Limeira tenha se iniciado no final do século XIX com a produção de máquinas e equipamentos agrícolas nas fazendas, foi no início do século XX que a produção industrial se diversificou para vários segmentos como papel, chapéus, peças de automóveis, etc. Hoje em dia, merece destaque o setor de joias e folheados, sendo responsável por quase metade da produção no Brasil, exportando para vários países e recebendo um contingente significativo de turistas ao longo da Avenida Costa e Silva que possui hotéis e restaurantes para fomentar o turismo de negócios.

O crescimento da malha urbana ocorreu de forma desordenada a partir de meados do século XX, surgindo vários vazios urbanos e loteamentos residenciais populares que expandiram o perímetro urbano. A área urbana do município de Limeira,

como na maioria das cidades brasileiras, foi palco de interesses dos agentes públicos e privados que direcionaram os espaços privilegiados para os mais ricos. Desta forma, o espaço urbano tornou-se fragmentado de acordo com as condições sociais, sendo a periferia destinada à população de baixa renda e aos condomínios fechados e apartamentos centrais para a população mais abastada (MANFREDINI, 2010).

A partir da década de 1970, as cidades médias do interior paulista também passaram pelo rápido crescimento urbano, em razão da descentralização industrial da capital e viram seu patrimônio cultural sendo destruído pelos interesses econômicos, pois a consciência patrimonial ainda estava restrita ao padrão arquitetônico do barroco-colonial. Nesse contexto, a cidade de Limeira perdeu grande parte de seu patrimônio cultural, restando alguns imóveis na região central, no bairros rurais e fazendas coloniais.

Os remanescentes históricos dos ciclos cafeeiro e da citricultura na paisagem urbana e rural devem ser melhor explorados pelo poder público uma vez que tais construções e bairros são reflexo do processo de ocupação do interior paulista e devem ser incorporados no cotidiano da população para a reflexão da trajetória e identidade histórica e cultural.

No entanto, percebe-se que a divulgação desses imóveis e a inserção dos mesmo no cotidiano da população, através do turismo cultural ainda é muito tímida. Assim, acredita-se que a Cartografia do Turismo é uma ferramenta importante no processo de compreensão do espaço geográfico e pode contribuir na valorização desses bens para a fruição do turismo local.

CAPÍTULO II

“A CARTOGRAFIA DO TURISMO E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL”

FIGURA 07 - Vista parcial da cidade de Limeira no século XX.
Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016).

2.1. OS FUNDAMENTOS DA CARTOGRAFIA TEMÁTICA

A Cartografia é a ciência que lida com a representação gráfica de dados, atributos ou variáveis no espaço, mas esta ciência precisa se associar ao estudo destes dados situando-os num contexto espaço-temporal mais amplo, daí vem a aproximação da Cartografia com a Geografia.

Para Martinelli (2003) os mapas e globos terrestres são amplamente usados como símbolos nos logotipos da Geografia em eventos, instituições e publicações, ainda que os mesmos não estejam voltados para a discussão dos mapas, devido à estreita associação entre esta ciência com a Cartografia.

Segundo o mesmo autor, os mapas e a Geografia são sinônimos, pois não há estudo geográfico sem fazer uso de mapas e os mesmos requerem uma análise socioespacial, permeando a representação simbólica desta ciência. Através dos mapas podemos estabelecer uma relação entre os atributos representados, a partir do arranjo destes no espaço, auxiliando nos estudos geográficos.

Os mapas são imprescindíveis no estudo e domínio do espaço desde a Antiguidade Clássica, daí advém sua associação com o poder e a dominação. A Cartografia associa-se ao poder pelo conhecimento estratégico do território usado para sua dominação ao longo da história, quer seja essa dominação ideológica ou militar.

Segundo Lacoste (1988), a estreita relação entre a Geografia e os mapas, remonta à origem dessa ciência há mais de dois mil anos na China e na Grécia Antiga. Para o autor, a tarefa de elaborar mapas na antiguidade exigia um raciocínio lógico-matemático, através de cálculos e técnicas, que serviriam para localizar e orientar de

maneira precisa os exploradores pelos territórios, e os geógrafos, a serviço dos governantes, eram os responsáveis por empreender essa difícil tarefa.

Os mapas têm sido usados ao longo da história como instrumento importante na dominação política e econômica dos territórios, por serem instrumentos que facilitam a compreensão espacial, portanto sempre estiveram a serviço do poder. Além do seu caráter utilitário de dispositivo para a organização e dominação territorial, os mapas sempre estiveram associados aos estudos geográficos e, portanto, a sua elaboração e análise eram competência dos geógrafos.

“Muito mais que uma série de estatísticas ou que um conjunto de escritos, a carta é a forma de representação geográfica por excelência; é sobre a carta que devem ser colocadas todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e de estratégias. Tal formalização do espaço, que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, a carta foi, de início criada por oficiais e para os oficiais.” (LACOSTE, 1988).

Os gregos da Antiguidade Clássica criaram as bases para o conhecimento cartográfico, concluindo que o planeta Terra tinha a forma de uma esfera e, a partir do seu raio, criaram um sistema de coordenadas geográficas que possibilitou a localização e orientação dos territórios então conhecidos.

Durante a Idade Média, a Cartografia produziu mapas carregados de símbolos religiosos, reiterando a supremacia da fé católica sobre o pensamento humano. Um exemplo desse período é o mapa T-O que representava a Terra de maneira estática, plana e circular, posicionada no centro do universo. Esse mapa representava as relações de suserania da sociedade feudal e a visão cosmológica cristã, com Jerusalém a “terra sagrada”, em posição de destaque.

As grandes navegações do período renascentista e a invenção da bússola possibilitaram o desenvolvimento da Cartografia através de mapas mais precisos que eram indispensáveis ao mercantilismo europeu com as novas terras além-mar. A

invenção da imprensa no século XV também contribuiu nesse processo, uma vez que a reprodução dos mapas passou a ser feita de forma mais rápida e barata, transformando-os em mercadoria.

As Cartas Portulanas foram as bases para a exploração dos territórios colonizados, no período de emergência da burguesia capitalista e da busca pelo conhecimento científico. Esses mapas eram dotados de uma linguagem matemática universal através da geometrização das formas e havia uma preocupação com a questão da projeção cartográfica, envolvendo a transformação do globo terrestre em uma superfície plana bidimensional.

O desenvolvimento técnico de dispositivos modernos, capazes de aferir distâncias e altitudes nos séculos XVII e XVIII promoveu a especialização da Cartografia que passou a adquirir um caráter mais científico. No entanto a Cartografia surgiu como ciência autônoma somente em meados do século XIX, porém na prática a mesma nunca se desvencilhou da Geografia. Podemos dizer que a Cartografia é ao mesmo tempo arte, método e técnica da representação gráfica da superfície terrestre e de seus fenômenos, fornecendo as representações gráficas para os estudos geográficos.

Durante quase vinte e cinco séculos, a Geografia e a Cartografia eram conhecimentos intrínsecos e encontravam-se dispersos pelo mundo, até que ocorreu a sua sistematização e separação acadêmica na Europa do século XIX. As condições históricas que levaram a esse processo foi a formação do Estado-Nação burguês e a consolidação do modo de produção capitalista que exigia um maior controle sobre o espaço.

A consolidação da Cartografia como ciência no século XIX também foi possível porque nesse período toda a superfície terrestre já estava conhecida e desbravada pelos

homens, sendo amplamente representada através de globos e mapas topográficos ou temáticos.

A necessidade de um meio de transporte mais rápido para escoar a produção industrial, através das ferrovias, requeria a instalar dos trilhos pelo território e tornou-se necessário conhecer o relevo através de mapas topográficos. Assim, a Cartografia surgia na Europa do século XIX como Cartografia Topográfica que se propunha a localizar os elementos do espaço sobre os diferentes níveis do relevo.

A Geografia também se consolidava como ciência acadêmica neste período e se utilizou da produção da Cartografia Topográfica em seus estudos exaustivamente descritivos do território, em uma corrente de pensamento conhecida como Geografia Tradicional.

Os mapas se tornam representações mais fiéis à realidade, onde a localização pelo sistema de coordenadas geográficas e altura do terreno podiam ser representados com precisão, produzindo o conhecimento e as cartas-base que serviram para a exploração dos territórios, as cartas topográficas.

“Os mapas invadem de maneira invisível a vida cotidiana. Assim como o relógio, símbolo gráfico da autoridade política central, introduziu a “disciplina do tempo” nos ritmos dos trabalhadores da indústria, as linhas dos mapas, ditando a nova topografia rural introduziram uma “disciplina do espaço”. Os mapas entravam no direito, adquiriram a aura da ciência e contribuíam para engendrar uma ética e uma virtude ligadas à definição cada vez mais precisa. Os traçados feitos sobre os mapas, excluía ao mesmo tempo em que limitavam. Eles determinavam hierarquias territoriais segundo a loteria do nascimento, os acasos das descobertas e cada vez mais, o mecanismo do mercado mundial.” (HARLEY, 2009:8).

A passagem da Cartografia Topográfica para a Cartografia Temática foi marcada pelo esforço dos cartógrafos em representar os fenômenos espaciais definidos por eles a partir de sua perspectiva de mundo, em detrimento das representações apenas dos fenômenos vistos. A evolução da Cartografia Topográfica para a Cartografia Temática

demonstra essa preocupação não somente com a espacialização dos objetos, mas sua representação social.

Segundo Martinelli (2009), os primeiros mapas temáticos remontam ao século XVIII e percebia-se a diferença com os mapas topográficos pela escolha de um dos elementos a ser representado (tema), melhorando a sua compreensão e o controle do espaço.

Os mapas topográficos respondiam à questão básica “Onde?” já os mapas temáticos acrescentam a essa questão outras, como “O que?”, “Quanto?”, “Quando?”, “Em que ordem?” na busca de detalhar os fenômenos diversificados no espaço em temas. A sobreposição desses mapas analíticos produz uma síntese da dinâmica da vida no terreno representado, explicitando a realidade de forma mais abrangente.

Segundo Martinelli (2009), a Cartografia Temática surgiu da ramificação das ciências no século XIX, atendendo às exigências filosóficas e metodológicas do positivismo. A ela coube representar a aparência dos fenômenos através da observação e mensuração empírica da realidade e assim contribuir para a descrição, enumeração e classificação dos acontecimentos.

A Cartografia Temática possibilitou a evolução dos códigos analógicos para os códigos abstratos, representando os fenômenos e elementos não só visíveis no território, mas também os conhecidos e que estão ocultos na paisagem. Desta forma, tornam ainda mais evidente, nos mapas, seu caráter de se constituir em uma elaboração social.

A Cartografia Temática passou a representar também a relação entre os lugares, através das redes, demonstrando a hierarquia entre os lugares de acordo com as escalas cartográficas escolhidas. Já no final do século XIX a Cartografia Temática detinha vários métodos de representação dos fenômenos e elementos do espaço geográfico, tornando-se mais popularizada através da educação e dos meios de comunicação.

Segundo Harley (2009), a passagem da fase “decorativa” para a fase “científica” da Cartografia, no século XIX, não significou que o realismo das representações fosse isento de juízos de valor ou intencionalidades, pois segundo o autor a autoridade do rigor científico que se estabeleceu, coibiu a discussão e a criticidade.

Os estudos da Geografia Tradicional até meados do século XX, preocupavam-se em descrever as características naturais das regiões e como essas determinavam a vida social, colocando o homem como mais um elemento da paisagem. O desenvolvimento dos sistemas tecnológicos digitais a partir da segunda metade do século XX alterou profundamente as relações socioespaciais, que passaram a ser cada vez mais mediadas pela técnica. A noção de tempo foi alterada, uma vez que a produção e a comunicação tornaram-se mais rápidas e precisas e a Cartografia também foi capturada pela “Era Digital” através de novas técnicas empregadas na elaboração e disseminação de seus produtos com programas e equipamentos computacionais específicos.

O uso massivo e extenuante dos recursos tecnológicos digitais propiciou uma produção científica conhecida como Geografia Quantitativa, presa ainda a antigos métodos de pesquisa tradicionais que se limitavam à descrição da realidade vivida e percebida. A partir da década de 1970, os estudos geográficos começam a avançar no sentido da compreensão do espaço para além das formas e estruturas da paisagem para elucidar os processos históricos e sociais que o produzem, marcando o olhar da Geografia Crítica.

Os estudos da Geografia Crítica, passaram a valorizar as relações sociais que se estabelecem no processo de produção do espaço geográfico e os mapas, enquanto representação dessa realidade, vieram a ser questionados.

A superação da Geografia Tradicional para a Geografia Crítica levantou o debate sobre a escolha das projeções, escalas e atributos representados nos mapas, como forma

de propagar a ideologia das nações e classes dominantes. Como exemplo deste fato, temos a projeção de Mercator, amplamente utilizada nos planisférios terrestres, que coloca a Europa em posição de superioridade e destaque sobre as demais regiões do planeta, dada a deformação de sua área e sua localização na porção central e superior do mapa.

Assim, Harley (2009), afirma que os mapas nunca são representações exatas da realidade, eles apresentam certa distorção ou desvio com relação às formas, áreas ou dimensões dos elementos ou fenômenos retratados. Esses desvios podem ser intencionais no sentido político, para representar o próprio poder e dominação ou no sentido econômico, para fins publicitários.

Para o autor, os mapas são imagens carregadas de juízo de valor e devido à seleção de seu conteúdo e a adoção dos símbolos e estilos para representar os fenômenos, eles contribuem para imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens. Desta forma é mais fácil associar tais representações como meio de manipulação dos governantes. Mesmo que os mapas tenham se difundido no cotidiano da população, através dos meios de comunicação de massa, a produção cartográfica ainda encontra-se restrita aos grupos dominantes que se reafirmam através do controle do espaço.

Segundo Santos (2002), todos os mapas representam a leitura de mundo da sociedade que os construiu, podendo servir para o conhecimento da cultura dos povos que os elaborou. Assim, os grupos sociais se distinguem entre si pela sua vitalidade cultural, que define a capacidade de poder sobre os próprios homens e sobre a natureza.

“A identidade do indivíduo realiza-se na construção da identidade dos lugares, podemos afirmar que a construção cultural da humanidade é, entre outras coisas, a construção de sua geografia.” (SANTOS, 2002:23).

Na mesma linha de pensamento, concluíram que os “silêncios” dos mapas, ou seja, as omissões de alguns aspectos da realidade, também são intencionais para fins

políticos. Os símbolos decorativos nos mapas históricos são elementos que complementam a visão cosmológica dos autores e seus objetivos estratégicos. Os ruídos dos mapas referem-se aos excessos de elementos que podem ser dispensados, sem prejudicar a assimilação do fenômeno representado, podendo ser do tipo artificial, quando é um elemento elaborado pelo autor; real quando contém elementos do mundo real desnecessários ao mapa; e o ruído do leitor quando o mesmo não compreende o fenômeno retratado e o mapa se torna ilegível.

Segundo Martinelli (2005) a finalidade mais marcante dos mapas em toda a sua história foi a de estarem sempre vinculados ao poder e à dominação dos povos e territórios, demarcando o que era de interesse para uma minoria e esta finalidade foi o que levou ao desenvolvimento desta ciência.

A partir de 1970, a Cartografia modernizou-se com os avanços da informática podendo ir além da localização dos fenômenos para os aspectos estruturais dos padrões e relações espaciais. A Cartografia Digital também passou a ser chamada de Geoprocessamento e Sistema de Informação Geográfica (SIG). A Cartografia Digital refere-se à tecnologia utilizada na elaboração dos mapas em plataformas digitais. O Geoprocessamento consiste em técnicas de coleta e tratamento das informações espaciais, bem como no desenvolvimento de novos sistemas e aplicações. Já os SIG referem-se aos softwares que tratam e manipulam os dados georreferenciados espacialmente.

Os softwares digitais CAD (Computer Aided Design) permitem o tratamento estatístico de dados e várias opções de representação espacial, porém são os softwares de SIG, baseados no Geoprocessamento que oferecem uma gama de possibilidades para a Cartografia Digital Contemporânea.

No limiar do século XX a evolução da tecnologia computacional incrementou a ciência cartográfica que abandonou as técnicas manuais e analógicas e passou para as elaborações digitais. A elaboração dos SIG (Sistema de Informação Geográfica) não diminuiu a importância da Cartografia Temática, mas a modernizou.

Com a difusão da internet pelo mundo, os usuários se tornaram familiarizados com algumas plataformas virtuais utilizados na localização geográfica, como *Google Maps*, *Google Earth* etc. que permitem até acrescentar informações aos mapas, além dos softwares de GPS (Sistema de Posicionamento Global) presentes nos automóveis e aparelhos celulares que possuem comando de voz e ditam ao usuário o caminho a ser percorrido e eventuais ocorrências no trânsito.

A apropriação dos conteúdos disponibilizados por estes dispositivos nem sempre é acessível para a maioria da população que desconhece os principais elementos cartográficos: orientação, escala, projeção, legenda e etc. Assim, a tecnologia facilitou o acesso à informação, mas esta requer os conhecimentos básicos para a sua decodificação. No entanto, com o desenvolvimento das tecnologias de informação, os mapas estão mais disponíveis à população como um todo, evidenciando as contradições socioespaciais e podendo servir a movimentos de resistência.

Os novos aparelhos e aplicativos, disponíveis atualmente, permitem acessar através da internet um banco de dados cartográficos em tempo real, que podem ser alimentados pelos próprios usuários com novas informações.

Segundo Martinelli (2005), a Cartografia atualmente vem se tornando cada vez mais um SIG, com o apoio dos satélites e computadores que promovem a coleta, armazenamento, recuperação, análise e apresentação de informações sobre lugares de forma rápida e eficiente, podendo inclusive simular eventos e situações complexas da realidade.

A elaboração da Cartografia Temática pelos técnicos e acadêmicos foi facilitada pelo Geoprocessamento que tem à disposição uma gama de softwares de SIG que permitem a elaboração de mapas analíticos e de síntese com maior fluidez e exatidão estatística e matemática, eliminando ao máximo intromissões subjetivas.

Os mapas temáticos dinâmicos são aqueles que possibilitam a visualização das transformações da realidade numa sequência temporal, sendo um grande desafio para a Cartografia, que poderá ser sanado graças ao desenvolvimento de dispositivos digitais. Ao representar fenômenos abstratos e seus encadeamentos do devir da história, através de fluxos, a Cartografia Temática passa a incorporar o movimento da sociedade na organização do espaço.

Segundo Martinelli (2003) a Cartografia Temática pode representar os fenômenos através de uma ótica de análise ou síntese, onde a primeira preocupa-se com o arranjo dos elementos/fenômenos da realidade no espaço. Já a segunda requer a fusão dos mapas analíticos para individualizar as unidades espaciais. Para o autor existem, dois níveis de raciocínio: as representações analíticas dos elementos, lugares ou áreas caracterizadas por seus atributos (qualitativos, ordenados e quantitativos). As representações de síntese são representações onde ocorre a fusão dos elementos constitutivos em “tipos” a partir do agrupamento dos atributos (qualitativos, ordenados ou quantitativos).

A Cartografia Ambiental é um ramo da Cartografia Temática que enfatiza os atributos e variáveis naturais da paisagem através de mapas analíticos, propondo sua combinação para culminar em um mapa de síntese de tipos de paisagem.

Para Martinelli (2009) os mapas temáticos analisados conjuntamente fornecem os meios para o estudo do espaço geográfico, assim como a análise desse espaço com mapas de diferentes escalas cartográficas possibilita o reconhecimento das diversas

interações desse espaço com outras áreas. Os mapas temáticos podem estar agrupados em uma coletânea (Atlas) que permite uma compreensão articulada sobre diferentes fenômenos do mesmo espaço e ainda compará-lo a outros.

O Professor Marcello Martinelli da Universidade de São Paulo procurou durante sua carreira acadêmica, valorizar a Cartografia Temática com seu corpo teórico e metodológico, através de uma análise crítica do espaço, vinculando esta ciência com os estudos da Geografia Humana. Desta forma, os mapas passam a integrar as pesquisas da Geografia Humana de forma a contribuir com o papel de revelar as relações que se dão entre a sociedade e o espaço que ocupa, de maneira crítica.

Para o Professor Martinelli, a representação gráfica do território através dos mapas é uma elaboração humana a partir da escolha dos elementos a serem retratados, da simbologia, da escala, projeção e etc. e, portanto, é carregada de paradigmas sociais. Atualmente, a Cartografia se tornou mais complexa e ao mesmo tempo mais usual, devido às inovações tecnológicas na elaboração e difusão dos mapas pelas plataformas digitais. No entanto, as bases da comunicação visual na definição dos parâmetros da linguagem cartográfica permaneceram.

Para Martinelli (2005), a Cartografia Temática interessa à Geografia na medida em que ela possibilita a análise territorial em diferentes escalas. A elaboração dos mapas faz uso de técnicas e conhecimentos, não só científicos como também artísticos, através da seleção dos signos com suas formas e cores apropriadas, levando sempre em consideração sua legibilidade através da divulgação para o público alvo específico.

Assim, a Cartografia Temática representa a aparência dos fenômenos através da observação e mensuração empírica da realidade, contribuindo para a descrição, enumeração e classificação dos acontecimentos. Os mapas não só localizam os objetos,

mas ajudam a compreender sua forma, função e estrutura no espaço levando em conta os agentes produtores e seu contexto histórico.

Segundo Martinelli (1991), a Cartografia contemporânea divide-se em duas correntes teóricas: sistêmica e semiológica onde a primeira possui o caráter polissêmico e a segunda faz uso de uma linguagem monossêmica, de rápida assimilação através de signos facilmente legíveis.

Segundo Martinelli (2003), a Semiologia Gráfica contribuiu muito durante a segunda metade do século XX para a Cartografia a partir dos estudos de Jacques Bertin, sistematizando a linguagem dos mapas, tendo em vista seu caráter monossêmico. Assim, a disseminação dos mapas, devido aos avanços tecnológicos da Era da Informação, não implica em melhoria da qualidade dos mapas, uma vez que a elaboração dos mesmos passa pelo cuidado na comunicação das informações a quem se destina, de forma que a apreensão dos fenômenos representados seja clara ao leitor.

“A representação Gráfica é uma linguagem de comunicação visual, porém, de caráter monossêmico (significado único). Sua especificidade reside essencialmente no fato de estar fundamentalmente vinculada ao âmago das relações que podem se dar entre os significados dos signos.” (MARTINELLI, 2003:13).

A definição dos signos a serem utilizados dependem da finalidade das cartas elaboradas e se são para fins acadêmicos ou de gestão do território ou se serão utilizadas pela população em geral, preservando o caráter da legibilidade das mesmas, de acordo com cada fim.

Ao elaborar um mapa, o autor deve-se atentar às convenções sobre o uso correto das cores ao retratar elementos e fenômenos no espaço, pois algumas cores invocam conhecimentos prévios dos leitores podendo interferir na compreensão do mapa.

A definição da escala a ser utilizada para representar um dado aspecto, fato ou fenômeno também é imprescindível na legibilidade do mapa, pois a escala pode interferir na compreensão e na qualidade dos fenômenos representados.

Segundo Martinelli (2009), a representação cartográfica dos fenômenos e objetos no espaço geográfico pode ocorrer através de relações de diversidade, ordem e proporcionalidade. Assim, para comunicar corretamente as informações presentes no mapa, o cartógrafo deve estar atento à legibilidade das informações representadas, fazendo uso de uma linguagem monossêmica que não produz ambiguidades. Essa linguagem deve levar em conta o público alvo a que se destina o mapa, havendo clareza entre os atores da comunicação (emissor e o receptor) e devem compreender as relações entre os significados dos signos representados.

O autor afirma que o objetivo da representação gráfica, é transcrever as três relações básicas dos elementos e fenômenos da realidade: diversidade ($\neq$), ordem (O) e proporcionalidade (Q). A diversidade responde à questão “O que?” ilustrando o aspecto qualitativo da realidade ilustrada. Já a ordem responde à questão “Em que ordem?” demonstrando o aspecto ordenado da realidade considerada. Por fim a proporcionalidade responde à questão “Quanto?” mostrando o aspecto quantitativo da realidade representada.

As relações entre o significado dos signos adotados devem estar explícitas na legenda de forma clara e sem ambiguidades. Sendo que a dimensão visual (Z) do plano responde à questão “Onde?”, mostrando a organização espacial do atributo ou variável.

A cognição cartográfica, por sua vez, é um processo bastante singular que envolve o cérebro para reconhecer padrões e relações espaciais, o qual necessita incontestavelmente da visualização cartográfica para desencadear essa elaboração (MARTINELLI, 2005, p. 24).

A comunicação visual que os mapas proporcionam está inserida na comunicação social e assim é determinada pela cultura e exige uma rápida compreensão dos fenômenos a partir da percepção visual. As imagens são elaboradas pelos seres humanos e portanto são carregadas de juízos de valor, de parcialidades produzidas pela mente que é limitada a partir de uma realidade histórica cultural específicas. Assim, os mapas não

são neutros, eles têm a função de comunicar algumas informações através de sistemas de signos facilmente apreendidos entre os sujeitos que os elaboram e os leem.

2.2 A CARTOGRAFIA DO TURISMO E SEU RACIOCÍNIO PARA A FRUIÇÃO DO TURISMO

A linguagem cartográfica exige o mínimo de conhecimento de quem a utiliza, tanto o cartógrafo quanto o usuário. As informações do mundo real são codificadas pelo cartógrafo, responsável pelo processo de mapeamento, transformando a realidade tridimensional em um plano bidimensional que será decodificada pelo usuário.

FIGURA 08 – Esquema proposto por Bertin (1977, 1978 apud MARTINELLI, 2013).

O turismo é um fenômeno que se dá no território, por isso ele pode ser representado cartograficamente e analisado pela Geografia. Para a Cartografia do Turismo uma informação turística deve ser transformada em informação geográfica, ou seja, deve estar espacializada no sítio turístico, demonstrando sua localização (georreferenciamento das informações), dimensão (se os atributos são pontuais, lineares, zonais ou volumétricos) e continuidade (a extensão do fenômeno sobre a superfície terrestre).

Como foi amplamente discutido, a Cartografia enquanto ciência é uma abstração do espaço geográfico e faz uso de seu corpo teórico e metodológico para revelá-lo.

Assim, o fenômeno turístico presente no espaço geográfico pode ser representado cartograficamente através de mapas temáticos analíticos ou de síntese.

Os mapas analíticos informam sobre o espaço turístico, com seus lugares, roteiros ou áreas contendo seus atributos ou variáveis. Já os mapas de síntese, identificam e delimitam áreas conforme a justaposição de características naturais e/ou culturais, definindo e delimitando, assim, conjuntos espaciais que são agrupamentos de áreas elementares analíticas caracterizadas por agrupamentos de atributos ou variáveis, portanto uma tipologia, informando sua potencialidade turística para o planejamento regional.

O turismo tem como matéria prima a paisagem, seja ela cultural ou natural que pode ser representada através da Cartografia Temática. Assim, a Cartografia do Turismo permite visualizar os elementos que constituem o espaço turístico e pode ainda auxiliar na definição de roteiros turísticos, explicitando os melhores trajetos e serviços que a população pode fazer uso para acessar tais objetos.

“A estreita relação entre turismo e paisagem, nos fornece a dimensão ideal para uma elaboração cartográfica, permitindo uma conexão capaz de revelar diferentes possibilidades de representação em mapas, das incidências do turismo sobre o espaço.” (SILVA, 2010:73)

A Cartografia do Turismo é uma das ramificações da Cartografia Temática que tem por objetivo analisar a distribuição espacial dos equipamentos turísticos através da localização dos pontos e áreas de interesse bem como orientar os itinerários, com vista à expansão desta atividade. Assim, esta cartografia produz mapas que podem ter três finalidades: mapas para o turismo, quando é utilizado para representar a potencialidade turística de um lugar; mapas sobre o turismo, quando pretende avaliar essa atividade no espaço que ocupa; e mapas para turistas quando quer retratar a implantação ou consolidação de uma atividade turística.

Existem diferenças significativas entre os mapas para o planejamento do turismo e mapas para os turistas. Os mapas confeccionados para o turismo são aqueles que levantam o potencial de determinado lugar a fim de instalar um empreendimento turístico. Assim este tipo de Cartografia requer a elaboração de mapas-base, através da compilação de cartas já existentes ou através da elaboração de mapas através de trabalho de campo, entrevistas, fotos aéreas, imagens de satélite para a confecção de diversas cartas temáticas, como uso e ocupação do solo, infraestrutura, hipsometria, clima, vegetação etc. O cruzamento destas cartas temáticas, relacionaria as características naturais e socioeconômicas do lugar para avaliar o grau de potencialidade turística, detectando os impactos da instalação desta atividade turística.

Os mapas para os turistas, tem como objetivos orientar os turistas e localizar os pontos de interesse, mostrando uma visão global da área com a demonstração das vias de acesso e os pontos turísticos que podem fornecer a noção de tempo de permanência e tempo de deslocamento. Esses mapas servem para localizar com precisão e clareza os atrativos turísticos em um determinado lugar, filtrando informações desnecessárias, que são como ruídos para os mapas. Desta forma, deve-se utilizar uma linguagem adequada para os usuários, apresentando essencialmente as relações de diversidade entre objetos a partir da escolha de cores, texturas e formas.

As informações disponibilizadas aos turistas devem ser claras e abrangentes a fim de que os mesmos possam se orientar no espaço e planejar suas atividades de acordo com suas prioridades. Os turistas podem utilizar diversos tipos de mapas, como mapas rodoviários, urbanos, de transporte, de serviços, de localização de pontos de interesse etc. Atualmente, os mapas turísticos encontram-se disponíveis em diversas mídias como: analógica (papel), folders, internet, aplicativos para celulares e computadores e etc.

Um dos problemas dos mapas turísticos é que eles procuram valorizar um atributo do terreno e acabam distorcendo a representação o que dificulta a compreensão das informações pelos usuários. A localização dos atributos e a escala utilizada nos mapas são características imprescindíveis nos mapas turísticos. A quantidade de signos utilizados deve ser levada em consideração para evitar ruídos e não haver generalização dos objetos. A mensagem só será bem transmitida se houver conhecimentos prévios do lugar, o uso de uma linguagem adequada, um certo nível de alfabetização cartográfica e uso de imagens e símbolos.

Já os mapas sobre o turismo representam uma análise das atividades turísticas já implementadas, apresentando as falhas que podem estar atrapalhando a atividade turística, através de dados de natureza quantitativa que mensurem a atividade turística como: número de usuários, características econômicas, socioculturais, infraestrutura disponível, acesso, comércio e serviços, dentre outros que requerem coleta de dados.

No século XIX os mapas topográficos ainda eram utilizados em algumas viagens turísticas, mostrando as altitudes do relevo e a localização dos lugares através das coordenadas geográficas. Posteriormente, os primeiros guias turísticos produzidos pela Shell (EUA) e Michelin (França) já contavam com a presença de mapas rodoviários, devido a produção de automóveis.

Segundo Sakitani (2006), a disseminação gratuita de mapas rodoviários nos EUA pelas companhias de petróleo se iniciou na década de 1920 e 1930 para incentivar as viagens pelo país. Esses mapas informavam sobre as estradas, cidades, pontos de interesse turístico e localização dos postos de combustível.

Com a popularização do cinema e da televisão em meados do século XX, os destinos turísticos passaram a ser mais divulgados nos EUA e Europa, popularizando o

turismo. Assim como o desenvolvimento do sistema de transportes também foi um grande fator que impulsionou e difundiu esta atividade.

A partir da década de 1970, a Cartografia do turismo foi se consolidando em pesquisas acadêmicas vinculadas à Geografia, Cartografia Temática e o Turismo, destacando sua importância para o planejamento regional e para a discussão dos métodos empregados na sua elaboração, como recentemente os SIG.

Os estudos de Cartografia do Turismo desenvolvidos na USP/SP sob orientação do Professor Marcello Martinelli procuram analisar esta produção sociocultural a partir de um olhar crítico onde os fenômenos naturais e culturais coexistem nas paisagens representadas.

Os mapas turísticos seguem as convenções cartográficas e podem elaborar signos específicos, favorecendo sua legibilidade, em diferentes escalas de análise que abarquem o entorno e a localização do sítio turístico (escala pequena), com suas vias de acesso e mobilidade, bem como os detalhes do sítio turístico (escala grande).

A linguagem visual dos mapas é expressa pelos símbolos que dependem do contexto cultural que estão inseridos, buscando retratar as relações que os objetos podem apresentar entre si, como proporção, ordem e diversidade.

QUADRO COMPLETO DAS VARIÁVEIS VISUAIS									
			Manifestação em ponto	Manifestação em linha	Manifestação em área	BERTIN (1977) PROPRIEDADES PERCEPTIVAS			
VARIÁVEIS DA IMAGEM									
XY = 2 DIMENSÕES DO PLANO (Localização)									
Z =	TAMANHO								
	VALOR								
VARIÁVEIS DE SEPARAÇÃO									
Z =	COR								
	FORMA								
	GRANULAÇÃO								
	ORIENTAÇÃO								

FIGURA 09 - Gráfico “As variáveis visuais”.

Fonte: Adaptado de Bertin (1977 apud OLIVEIRA, 2005).

A legibilidade dos mapas turísticos depende da escolha dos signos necessários para a sua rápida apreensão pelos usuários, pois a maioria dos visitantes não têm o hábito da leitura do mapa. Assim, a legenda é necessária para fornecer os conteúdos dos símbolos escolhidos para representar atrativos turísticos. Além da legenda, os mapas turísticos podem fornecer blocos-diagramas, perfis, fotografia, dentre outros que fornecem uma visão intuitiva da realidade.

Os mapas turísticos, que pretendem comunicar as informações necessárias aos usuários de forma rápida, requerem o uso mínimo da legenda para decodificar os signos dos mapas, desde que os signos sejam evocativos da realidade do público-alvo, aliadas a outros recursos como fotografias das paisagens e dos atrativos turísticos.

“Porém, o mapa turístico não pode ser visto apenas como um mero folheto ilustrativo, ele vai muito além, sua construção deve respeitar as bases da percepção visual constituída de diversidades, ordens ou proporcionalidades em seu movimento, pois os mapas devem ser construídos para serem vistos, assim, sua legibilidade se fará de imediato, para que produzam uma boa assimilação e o mínimo de ruído na comunicação visual.” (SILVA, 2010:83).

Os mapas turísticos costumam ser falhos, pois não apresentam elementos básicos da Cartografia, transformando-se em esboços grosseiros da realidade, não merecendo ser chamados de mapas e confundindo os turistas.

O primeiro passo para se ler um mapa é identificar os símbolos nele contidos, quando os símbolos são evidentes, ou recorrendo à legenda que serve de apoio nesse processo para traduzir a representação gráfica com a realidade. A legibilidade do mapa deve ser garantida levando-se em consideração o público-alvo. Os símbolos devem contrastar com a base para facilitar o entendimento dos elementos representados que devem ser elaborados de acordo com as convenções cartográficas.

O uso de desenhos também é um recurso bastante utilizado em mapas turísticos, pois se assemelham bem à realidade, destacando os atrativos do lugar. No entanto, os mapas pictóricos, possuem geralmente muito ruído em sua comunicação visual e às vezes, graves erros cartográficos na escala, legenda, distorção da área ou formas dentre outros, que comprometem sua veracidade e seu uso pelos turistas. Desta forma, o uso excessivo de pictogramas nos mapas podem comprometer sua legibilidade.

Uma forma de facilitar a apreensão dos mapas turísticos pela população em geral é representar a paisagem na visão frontal, oblíqua ou através de desenhos. Os elementos básicos que compõem um mapa, como escala, coordenadas geográficas, orientação e fonte são importantes nos mapas turísticos, mesmo que alguns desses não os contemplem.

O uso de imagens nos mapas turísticos e da visão oblíqua tem a capacidade de fixar imagens e trazer à tona sentimentos e emoções que despertem o interesse pelos lugares e a assimilação das informações no mapa.

Os atrativos turísticos podem ser representados através de pontos, linhas ou áreas e a forma de apresentação do produto cartográfico pode se dar de maneira estática (representações qualitativas, ordenadas e quantitativas) ou dinâmica (através da transformação dos estados e variáveis no tempo e de sua movimentação no espaço).

Segundo Silva (2010), a precisão da orientação e localização dos pontos turísticos é fundamental para o usuário, fato este que compete ao autor verificar os mesmos através dos trabalhos de campo, escolhendo a escala do mapa conforme a sua adequada visualização impressa ou digital.

“Assim, um mapa bem construído e de qualidade é aquele que perfeitamente atinge seu objetivo, permitindo a total compreensão da informação representada.” (SILVA, 2010:91)

O turismo procura destacar seus atrativos através da publicidade e dos mapas turísticos que revelam a localização e descrição dos principais pontos a serem visitados e os trajetos a serem percorridos. Assim, a Cartografia do Turismo, ramo da Cartografia Temática, pretende contribuir com os planejadores e turistas para compreender a dinâmica da atividade turística no espaço em que ocupa.

A Cartografia do Turismo tem dois públicos-alvo distintos: os gestores e pesquisadores do território que utilizam os mapas para o planejamento e desenvolvimento desta atividade, e os turistas propriamente ditos, que fazem uso do mapa na orientação e localização dos atrativos no território. Para ambos os leitores, os mapas turísticos delimitam os usos da terra e as funções dos atrativos representados.

Os mapas turísticos, folhetos e placas informativas constituem os documentos elaborados pela Cartografia do Turismo para mostrarem o conteúdo dos lugares, vias de

acesso, potencialidades turísticas e serviços disponíveis para fomentar o turismo do lugar. A publicidade também tem um papel importante na produção e na divulgação da imagem turística e como, no marketing do espaço-mercadoria.

Existem várias maneiras de se representar os mapas turísticos, através de roteiros turísticos, guias de férias, mapas rodoviários, mapas pictóricos e etc. As geotecnologias e a internet disponíveis atualmente influenciaram o comportamento do turista através das escolhas do destino, roteiros, hospedagem e etc. dando ao consumidor um maior poder sobre suas escolhas e também um maior compartilhamento das experiências vividas pelo turista.

As informações turísticas disponíveis na internet oferecem vantagem como: atualização constante, interatividade do usuário com o mapa, armazenamento de dados, e acesso em qualquer lugar do planeta.

A paisagem é o grande atrativo turístico que é vendido primeiramente enquanto imagem e depois com o consumo do espaço propriamente dito. De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) criado em 2003, o brasileiro tem hoje mais acesso ao crédito e a melhoria da renda média dos trabalhadores assalariados transformou o turismo em prioridade. Dentre as atividades turísticas mais buscadas no Brasil, tem-se o turismo balneário, religioso, cultural, rural e ecológico e o turismo de eventos que cresceu nas últimas décadas permitindo o deslocamento de milhares de pessoas pelo território nacional que utilizam os serviços agregados a esta atividade e promoveram o desenvolvimento de várias regiões brasileiras (AZEVEDO FILHO, 2013).

Em se tratando do turismo cultural o patrimônio é seu principal atrativo, podendo ser dividido em material, natural ou cultural, formando as paisagens terrestres, e o patrimônio imaterial trata-se dos saberes e manifestações culturais dos povos que o habitam. O patrimônio cultural material seria formado pelos sistemas de objetos, como

as construções históricas, sejam elas isoladas ou contíguas, as placas informativas e etc. (centros históricos e sítios arqueológicos) e o pelo sistema de ações que seria a vida que anima o lugar patrimonial, como o trabalho, circulação, habitação, turismo, lazer e etc.

A história desses lugares, os estilos arquitetônicos, as diferentes funções dos edifícios nos confere um olhar sobre a trajetória da sociedade, comparando com o arranjo atual e os anseios para o futuro.

As formas do espaço urbano existem a partir das funções que lhes são atribuídas e a partir do seu arranjo espacial com o entorno, podendo ser modificado com o tempo. Assim, coexistem no espaço urbano formas pretéritas, ou seja rugosidades carregadas de símbolos e significados e formas atuais onde a vida cotidiana é reproduzida (SANTOS, 2006).

A Cartografia para Cosgrove (2006) intervém de maneira criativa no espaço urbano, modelando tanto a cidade fisicamente quanto a vida urbana vivida e percebida. Assim, o mapa urbano possui a dupla função de criar e recordar a cidade, lançando uma energia criativa no mapeamento por artistas e técnicos, assim o mapa do espaço urbano é também o mapa da virtude urbana. A cidade deve ser lida como um texto, pelos seus governantes, cidadãos e visitantes através dos mapas urbanos impressos que expressam e reforçam a legibilidade da cidade.

O Brasil possui um grande potencial turístico pelos seus atributos naturais e culturais e o desenvolvimento deste setor é altamente positivo para o país devido a geração de divisas em várias atividades a ele associadas, como o transporte, hotelaria, serviços, comércio, gastronomia, dentre outros. No entanto, o Estado deve investir em políticas de conservação do patrimônio natural e cultural e em infraestrutura para que possam garantir o bom desempenho desta atividade.

O MTur vem propondo estratégias de fortalecimento do mercado interno, através de pacotes de viagens com preços mais acessíveis, contribuindo assim para o aumento desta atividade no Brasil. No entanto, nem sempre o planejamento e ordenamento territorial acompanha as demandas desta atividade, o que reforça as desigualdades regionais.

A Geografia tem incorporado recentemente em seus estudos a discussão sobre o patrimônio cultural e como esse tem sido abordado pelas políticas de planejamento e pela economia, através do turismo, e através dos vínculos que este possui com a sociedade. Todos esses fatores interferem na produção do espaço e portanto podem ser analisados pelos geógrafos e representados através de uma Cartografia Temática do Turismo.

O patrimônio convertido em bem turístico corre o risco de ficar restrito à fruição visual sem considerar o sentido do espaço sem levar em conta o sentido cultural do espaço e da sociedade em que habita. Assim, o planejamento do Turismo Cultural deve ir além da economia de mercado significando os bens patrimoniais para a população local e visitante. A Cartografia do Turismo auxilia nas tarefas de planejamento e gestão do Turismo Cultural desde que respeitem os critérios de linguagem da representação gráfica.

Sendo assim, a atual pesquisa visa contribuir com os estudos da Cartografia do Turismo, elaborando mapas para os turistas que pretendem visitar o patrimônio cultural do município de Limeira, SP.

2.3 A CARTOGRAFIA DO TURISMO PARA A ÁREA DE ESTUDO

A fim de contribuir com a valorização do patrimônio cultural do município de Limeira, percebemos que a Cartografia do Turismo pode ser um instrumental na elaboração de mapas para os turistas, respeitando as regras da linguagem cartográfica disseminadas nos estudos geográficos.

Assim, foram elaborados mapas para o patrimônio cultural de Limeira tendo em vista uma linguagem cartográfica coerente e de fácil assimilação para os usuários do turismo local e a possibilidade de serem utilizados nas escolas para uma educação patrimonial que possa auxiliar nos projetos de conservação.

Para tanto, consultamos o Plano Diretor Territorial-Ambiental que destaca os imóveis de interesse histórico do município a fim visita-los em trabalhos de campo realizados ao longo de 2015 para localiza-los através de GPS e fotografa-los, criando uma planilha no programa Microsoft Excel que serviu de banco de dados para a elaboração dos mapas da pesquisa.

Os imóveis de interesse histórico do município foram divididos nas categorias rural, de ensino, religioso e cultural, sendo que os bairros patrimoniais foram denominados “região”.

A partir da planilha dos pontos e regiões de interesse histórico, utilizamos o “Mapa da Cidade de Limeira”, cedido pela Prefeitura Municipal de Limeira, no programa AutoCad a fim de obter as representações gráficas do arruamento. Também foram consultados diversos mapas digitais, como o mapa “Brasil e Estados” disponíveis no site do IBGE; “Mapa de drenagem de Limeira – SP”, disponível pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil; “Mapa da rede viária de Limeira – SP”, disponível no

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte; e imagens do programa Google Earth para obter as vias de acesso.

A partir dos mapas digitalizados, foi possível confeccionar os mapas da pesquisa no programa de Sistema de Informação Geográfica ArcGIS 9.3 em um microcomputador. As camadas referentes aos limites políticos do município de Limeira, no Estado de São Paulo e do Brasil, em formato Shape foram organizadas no software ArcGis 9.3 para compor o mapa “Mapa de Localização e vias de acessos”.

Para os mapas de localização do patrimônio cultural do município foram utilizadas as camadas da rede urbana de Limeira que estava em formato DWG do AutoCad e convertidas para formato Shape por meio do software ArcGis 9.3. Nesta etapa foi utilizada a tabela no Excel contendo os 37 pontos levantados referentes ao Patrimônio Material, sendo classificados em: Patrimônios Cultural, Ensino e Religioso e Região, bem como Patrimônio Urbano e Rural. A tabela forneceu os pontos geográficos para a localização georreferenciada nos mapas da cidade de Limeira – SP, no programa ArcGIS 9.3.

Além da localização dos pontos e a elaboração dos símbolos para cada tipo de patrimônio cultural, foram utilizadas as fotografias tiradas nos trabalhos de campo para compor os mapas e facilitar a localização e orientação dos usuários no município.

De posse dos mapas confeccionados foram realizados novos trabalhos de campo para a verificação dos pontos e dos imóveis da pesquisa e observamos que outros imóveis presentes no município também representavam considerável valor histórico e arquitetônico e decidimos por incluir nos mapas turísticos elaborados, como: Museu da Jóia e Fachada da Machina São Paulo.

Acreditamos que o cuidado com a representação dos imóveis de interesse histórico local, através das fotografias e da sua localização precisa na área do município,

levando em consideração a metodologia da Cartografia do Turismo possa contribuir para novos estudos nesta área e para a valorização do patrimônio local através do turismo cultural.

Os materiais e métodos da pesquisa estão apresentados em formato analógico e digital e podem ser reproduzidos com facilidade em projetos de educação patrimonial local ou em ações significativas de conservação patrimonial.

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE LIMEIRA – SP					
Pontos	Fotos	Latitude Sul	Longitude Oeste	Descrição	Área
1	X	*Quadrante na imagem de satélite		Centro Histórico	URBANA
2	X	22°33'52.41"	47°23'52.69"	Estação Ferroviária	
3	X	22°33'48.58"	47°24'15.65"	Palacete Levy	
4	X	22°34'04.22"	47°24'01.06"	Palacete Tatuiby	
5	X	22°33'47.52"	47°24'17.97"	Igreja N. S. da Boa Morte e Assumpção	
6	X	22°34'25.58"	47°23'40.59"	Igreja Santa Cruz do Cubatão	
7	X	22°33'56.34"	47°24'08.32"	Museu Histórico e Pedagógico	
8	X	22°33'42.95"	47°24'08.47"	Igreja N. S. das Dores	
9	X	22°33'51.65"	47°24'08.12"	Praça Toledo de Barros (Gruta e Teatro)	
10	X	22°34'35.48"	47°25'03.90"	Capela N. S. do Amparo	
11	X	22°34'18.09"	47°24'31.58"	Creche Prada	
12	X	22°33'46.45"	47°24'06.84"	Prédio da antiga Cesp	
13	X	22°34'22.16"	47°24'33.05"	Paço Municipal	
14	X	22°33'42.35"	47°24'01.48"	Antigo Arquivo Municipal	
15	X	22°33'38.64"	47°24'13.32"	Escola Estadual Brasil	
16	X	22°34'23.04"	47°24'09.27"	Escola Estadual Castelo Branco	
17	X	22°34'00.97"	47°24'28.25"	ETEC Trajano de Barros Camargo	
18	X	22°33'51.13"	47°23'59.64"	Casa dos Azulejos	
19	X	22°33'45.13"	47°24'54.72"	Museu da Jóia	
20	X	22°33'45.57"	47°24'18.59"	Espaço Cultural ENGEP	
21	X	22°33'47.45"	47°24'06.94"	Prédio do Banco do Brasil	
22	X	22°34'13.92"	47°21'02.85"	Cemitério da Saudade	
23	X	22°33'53.05"	47°24'06.11"	Casarão da Praça Toledo de Barros	
24	X	22°34'07.45"	47°23'53.55"	Fachada Machina São Paulo	

25	X	22°36'57.20"	47°25'29.46"	Capela Santo Antônio	RURAL
26	X	22°40'02.99"	47°21'02.85"	Capela do Bairro Santo Antônio	
27	X	22°36'38.93"	47°21'21.54"	Igreja do Bom Jesus dos Milagres	
28	X	22°38'46.73"	47°21'19.37"	Casarão da Fazenda Tatu	
29	X	22°32'36.00"	47°28'15.79"	Fazenda Quilombo	
30	X	22°35'41.36"	47°27'28.09"	Fazenda Citra	
31	X	22°31'28.65"	47°23'56.53"	Fazenda Itapema	
32	X	22°34'17.40"	47°28'06.16"	Alambique Limeirinha	
33		*Quadrante na imagem de satélite		Bairro Tatu	
34	X	22°36'46.79"	47°23'23.40"	Casarão da Fazenda Duas Barras	
35	X	22°29'37.48"	47°16'25.16"	Usina Tabajara	
36	X	22°34'14.99"	47°20'34.00"	Igreja Luterana (Bairro dos Pires)	
37	X	22°34'12.85"	47°20'47.12"	Complexo Cemitério dos Pires	
Legenda					
	Cultural				
	Religioso				
	Região				
	Ensino				

Tabela 01 – Banco de dados para a elaboração dos mapas da pesquisa.

CAPÍTULO III

“UMA PROPOSTA DE CARTOGRAFIA DO TURISMO PARA O PATRIMÔNIO MATERIAL DE LIMEIRA (SP)”

FIGURA 10 – Fotografia histórica do Teatro da Paz, início do século XX.
Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016.

3.1. PATRIMÔNIO MATERIAL DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA - SP

Os imóveis de interesse histórico de Limeira datam de meados do século XIX e início do século XX, representando o status da elite cafeeira e industrial, bem como o estilo arquitetônico neoclássico que remetem aos ideais da Revolução Francesa e da Primeira República. Essas construções são como monumentos vivos no espaço urbano que esclarecem o percurso histórico das cidades médias do interior paulista e se contrapõem com a homogeneidade das formas contemporâneas, contribuindo à reflexão sobre a condição atual enquanto sociedade.

Recentemente as políticas públicas de Limeira voltaram-se para o patrimônio cultural local a partir do levantamento e tombamento provisório dos imóveis de interesse histórico pela Prefeitura Municipal. O Decreto-Lei nº388 de 28 de novembro de 2008 foi a primeira medida adotada pela Prefeitura Municipal de Limeira para tombam provisoriamente alguns imóveis de interesse histórico do município, como: a estação ferroviária, o Palacete Levy, o Palacete Tatuiby, a Igreja Na. Sa. Da Boa Morte e Assunção, a Creche Prada, o Paço Municipal, o Casarão da Praça Toledo de Barros, o Prédio da Nossa Caixa, e a Casa de Azulejos. O decreto também previa o inventário desses imóveis e a definição de seus níveis de preservação para que ocorra o tombamento definitivo, proibindo alterações e demolições nos mesmos.

O CONDEPHALI (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Limeira) visa zelar pelo patrimônio local através do tombamento dos imóveis de interesse histórico e da construção de políticas para a sua conservação.

Em 2009, a Prefeitura Municipal de Limeira aprova o Plano Diretor Territorial-Ambiental que em seu Artigo 76 relaciona os imóveis de interesse histórico do

município acrescentando à lista dos imóveis tombados pelo Decreto-Lei no ano anterior, outros imóveis da área central da cidade, da área rural e regiões mais extensas do território, como: a região do Centro Histórico; a Estação Ferroviária; o Palacete Levy; o Palacete Tatuhiby; a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção; a Capela do Cubatão; a Capela do Bairro Santo Antônio; a Capela do Bom Jesus na Rodovia Anhanguera; o Casarão da Fazenda Tatu; o Centro Cultural; a Igreja Nossa Senhora das Dores; a Praça Toledo Barros; a Capela Nossa Senhora do Amparo; a Creche Prada; o Prédio da antiga Cesp; o Paço Municipal; o Antigo Arquivo Municipal da Prefeitura; a Fazenda Quilombo; a Fazenda Citra; a Fazenda Itapema; o Alambique às margens da Rodovia Limeira-Iracemápolis; o Bairro Tatu; a Capela Santo Antonio; o Casarão da Fazenda Duas Barras; a Usina Tabajara; o Cemitério Municipal da Saudades I; o Casarão à Praça Toledo Barros; a agência do Banco do Brasil da Praça Toledo Barros; a Igreja Lutherana do Bairro dos Pires; o Complexo Cemitério dos Pires; a Escola Estadual Brasil; a Escola Estadual Castelo Branco; a Escola Estadual Trajano de Barros Camargo; e a Casa dos azulejos, localizada à Rua Tiradentes.

A atual pesquisa ainda incluiu alguns imóveis de interesse histórico como a Fachada da Machina São Paulo e o Museu da Jóia para efeito de elaboração dos mapas temáticos. Todos os imóveis elencados na pesquisa ficaram divididos em quatro categorias, sendo: religioso, os templos católicos e protestantes da área urbana e rural; de ensino, com as escolas públicas de ensino fundamental e médio; cultural, sendo os prédios de uso coletivo e particular nas áreas urbana e rural; e as áreas patrimoniais mais vastas, denominadas de “região”.

O Plano Diretor ainda prevê a elaboração do inventário dos imóveis e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para viabilizar

incentivos fiscais aos proprietários que realizem a restauração e conservação dos imóveis de interesse histórico para o município.

“Admitir a importância histórica, arquitetônica, artística e cultural desses bens patrimoniais é viabilizar a valorização da própria cultura, que hoje vem ganhando novos rumos no campo do turismo, embora ainda de forma muito tímida.” (SCARIATO, 2011:113).

Segundo o Plano Diretor existe um Programa de Requalificação do “Baixo Centro” que inclui a conservação dos imóveis de interesse histórico, incentivo a atividades turísticas culturais e gastronômicas, bem como melhoria de acesso à região. O Plano Diretor também propõe a criação de um “Programa de Incentivo à Manutenção de Áreas Históricas e Turísticas” que visa regular sobre a conservação, restauro e requalificação dos imóveis de interesse histórico do município.

A lista dos imóveis de interesse histórico presentes no Plano Diretor traz escolas públicas, igrejas, fazendas coloniais, cemitérios, bairros e casarões, sendo que foram acrescentadas na atual pesquisa alguns imóveis cujo valor histórico-arquitetônico é notável e, portanto, merecem sua valorização para visitação turística.

Apesar de se encontrar em localização estratégica, próxima a importantes centros urbanos e ser região de entroncamento de importante malha rodoviária do estado, além de possuir um amplo setor de serviços que contribuem para o recebimento de turistas para o setor rural e de negócios, o turismo é ainda uma atividade incipiente no município de Limeira.

Os imóveis de interesse histórico tombados pelo Plano Diretor e outros que foram incluídos na pesquisa, serão descritos a seguir. Ressaltamos que não conseguimos maiores informações ou fotografias antigas de alguns destes imóveis.

PONTO 1: CENTRO HISTÓRICO

FIGURA 11 – Fotografia histórica de imóvel na rua Barão de Cascalho.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 12 – Fotografia da Rua Barão de Cascalho na região do Centro Histórico.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A região do Centro Histórico, com suas construções térreas e verticalizadas datam do final do século XIX, representando o período de expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo, facilitada pela instalação do transporte ferroviário.

A região do Centro Histórico tornou-se decadente com o fechamento e evasão de fábricas e a extinção do transporte ferroviário. Essa área ainda mantém estabelecimentos comerciais e de serviços, comprimidas em ruas estreitas de intenso tráfego de pessoas e veículos. Por se localizar numa região de declive, indo em direção ao fundo de vale do Ribeirão Tatu, essa área é conhecida como “Baixo Centro”.

O patrimônio histórico do “Baixo Centro” encontra-se comprometido pelo estado de conservação de algumas construções e por estar relacionado a uma região de vandalismo, criminalidade e prostituição.

PONTO 2: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

O trem inaugural da Companhia Paulista em Limeira chegou de Campinas no dia 06 de maio de 1876 transportando passageiros e mercadorias que aos poucos foi modificando substantivamente a malha urbana e o cotidiano da população local.

Em Limeira, a ferrovia localiza-se às margens do Ribeirão Tatu, ou seja no fundo do vale, na região do Centro Histórico. A instalação da ferrovia gerou o desenvolvimento local com a instalação de serviços, comércio e indústrias relacionadas a ela e à produção agrícola, o que aumentou a oferta de empregos e a migração regional.

O prédio da Estação Ferroviária se destaca na paisagem urbana de Limeira pela sua monumentalidade tendo ao longo de quase 150 anos de sua existência conservado suas características originais.

A Estação Ferroviária reproduz o padrão europeu das estações que surgiram na Inglaterra pós-Revolução Industrial, com estruturas metálicas e maciços de alvenaria de diferentes conotações arquitetônicas.

FIGURA 13 – Fotografia da Estação Ferroviária da Cia. Paulista na década de 1940.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 14 – Fotografia da Estação Ferroviária.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PONTO3: PALACETE LEVY

FIGURA 15 - Fotografia do Palacete Levy na década de 1930.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 16 – Fotografia do Palacete Levy.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A casa de Sebastião de Barros Silva foi inaugurada em 1881 no largo da Boa Morte, sendo a sede urbana da Fazenda Itapema. A construção é de estilo neoclássico e

devido à sua monumentalidade, o proprietário a vendeu para a empresa José Levy e Irmão no início do século XX que a doou à Santa Casa da Misericórdia. A Santa Casa transferiu a casa em leilão para a Machina Zaccaria no final da década de 1930 que transformou-a em escritório da empresa até o final da década de 1970, quando foi vendida à empresa Oliveira & Camargo.

Atualmente o Palacete Levy pertence à Prefeitura Municipal de Limeira e abriga as atividades da Secretaria Municipal da Cultura e os cursos da Oficina Cultural Regional Carlos Gomes.

PONTO 4: PALACETE TATUIBY

FIGURA 17 – Fotografia do Palacete Tatuiby.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O Palacete Tatuiby foi construído pelo Coronel Flamínio de Ferreira de Camargo em 1901 em estilo eclético para ser sua residência e localizava-se numa chácara com bosque e lago próxima à área central da cidade. Após seu falecimento em 1919 seu filho Trajano de Barros Camargo veio a residir com sua esposa e filhos.

Posteriormente a residência foi cedida à Prefeitura para sediar a Câmara Municipal e mais recentemente a Secretaria da Educação. A região do bosque e lago se tornou em 1968 o Zoológico Municipal de Limeira com espécies nativas e exóticas de plantas e espécies de animais em extinção. O Zoológico Municipal de Limeira foi transferido para o Horto Florestal em 2014 e tanto o Palacete Tatuiby quanto a região do antigo zoológico encontram-se na Praça Vitério Bortolan em situação de abandono, tornando-se alvo de vandalismo.

PONTO 5: IGREJA NOSSA SENHORA DA BOA MORTE E ASSUNÇÃO

A igreja é considerada a construção mais antiga da área urbana de Limeira, sendo inaugurada em 1867 pela elite local, através da irmandade Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, que decidiu erguer uma igreja que se representasse a opulência da elite cafeeira local e se separar dos cidadãos comuns que frequentavam a Igreja Matriz. Assim, a Igreja foi construída em estilo barroco dando ênfase à ornamentação, tornando a igreja mais portentosa da cidade até os dias atuais (ROSADA, 2010).

A igreja está localizada no Largo da Boa Morte, estando rodeada por árvores e bancos de praça. As paredes laterais foram erguidas com barro socado e as torres com tijolos utilizando a mão de obra escrava. Já o acabamento interno ficou a cargo do arquiteto italiano Aurélio Civatti.

A igreja já passou por inúmeras restaurações e reformas, mas mesmo assim sua estrutura encontra-se comprometida. Há mais de quinze anos, no mês de agosto, é realizada a festa “Vem pro Largo” com o apoio da Prefeitura de Limeira para arrecadar dinheiro para a manutenção deste imóvel.

FIGURA 18 – Fotografia da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção em 1950.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 19 – Fotografia da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PONTO 6: IGREJA SANTA CRUZ DO CUBATÃO

FIGURA 20 – Fotografia histórica da Igreja Santa Cruz do Cubatão.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 21 – Fotografia da Igreja Santa Cruz do Cubatão.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Igreja Santa Cruz do Cubatão está situada na Avenida Campinas, próxima a região do centro de Limeira. A igreja foi erigida em 1927 e representa a forte presença da imigração italiana no município. Em 1994 passou por grande ampliação e reforma, mas ficou abandonada a partir de 1996 e reaberta em 2003.

PONTO 7: MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO

Após a Proclamação da República em 1889, os ideais positivistas foram incorporados ao ensino público do estado de São Paulo dando origem aos Grupos Escolares que atendia à escolarização primária (de 1º à 4º série).

A primeira escola pública de ensino primário de Limeira é de 1906 e foi construída numa quadra central da cidade, com vistas aos quatro lados da praça, levando o mesmo nome de Grupo Escolar “Coronel Flaminio Ferreira de Camargo”. Esse Grupo Escolar foi extinto em 1984 e hoje abriga o Museu Histórico e Pedagógico Major José Levy Sobrinho, o Centro de Memória Histórica e a Escola Municipal de Cultura e Artes da Prefeitura Municipal de Limeira.

O prédio do antigo Grupo Escolar Coronel Flaminio está em processo de tombamento a nível estadual pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico). O prédio e o entorno passaram por grande reforma e marca um período de grande respeito e imponência do ensino público primário.

FIGURA 22 – Fotografia do Grupo Escolar Coronel Flamínio na década de 1930.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 23 – Fotografia do Museu Histórico e Pedagógico.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PONTO 8: IGREJA NOSSA SENHORA DAS DORES

FIGURA 24 – Fotografia da antiga Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores, década de 1930.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 25 – Fotografia da Catedral Nossa Senhora das Dores.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Catedral Diocesana Nossa Senhora das Dores tem sua origem junto com o povoado Nossa Senhora das Dores de Tathuiby em 1926. A antiga capela situava-se em outro local, sendo que a nova igreja matriz foi inaugurada em 1976 pelo Barão de Campinas.

Os fiéis da igreja matriz de Limeira, de qualidade arquitetônica e ornamental aquém da Igreja Boa Morte, decidiram construir um novo templo. Após a demolição e reforma no início do século XX, a matriz Nossa Senhora das Dores é demolida novamente em 1949 para iniciar as construções da atual Catedral de Limeira. A Catedral de Limeira de estilo neocolonial foi inaugurada em 1970, sem acabamento externo e foi concluída na década de 1990 (ROSADA, 2010).

A Catedral de Limeira encontra-se situada na região do centro da cidade, rodeada de árvores e bancos da Praça Dr. Luciano Esteves.

PONTO 9: PRAÇA TOLEDO DE BARROS

A Praça Toledo de Barros é a maior praça do município, localizada no centro da cidade. A praça foi construída após a vitória brasileira contra o Paraguai, para se chamar Largo da Vitória onde seria construído um teatro. A cidade de Limeira foi uma das primeiras do Estado de São Paulo a possuir teatro, recebendo o nome de Teatro da Paz, nome dado em homenagem aos vencedores da Guerra do Paraguai em 1870.

O teatro foi concluído em 1885 no estilo neoclássico e foi considerado uma das melhores casas de espetáculos do interior paulista e possuía estilo neoclássico com alegorias à música “O Guarany” de Calos Gomes em sua fachada. Na década de 1920, iniciaram as sessões de Cinema Mudo acompanhado por piano ou pequena orquestra. A partir de 1933, o teatro já exibía filmes do cinema falado.

O Teatro da Paz foi doado à Santa Casa de Misericórdia que o demoliu em 1938 para construção do Cine Teatro Vitória inaugurado em 31 de outubro de 1940. Em

1996, o Cine-Vitória passou por amplas reformas voltando à sua função original de casa de espetáculos e recebendo o nome de Teatro Vitória. A Gruta erguida na Praça Toledo de Barros com pedras rústicas é circundada por um lago e sua construção é da década de 1920. Ao longo das décadas passou por várias reformas e já teve vários usos, como lanchonete, cybercafé etc. Atualmente a Gruta encontra-se fechada.

FIGURA 26 – Fotografia da Praça Toledo de Barros, com a Gruta e o Teatro Vitória, década de 1960.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 27 – Fotografia da Praça Toledo de Barros, com a Gruta e o Teatro Vitória.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PONTO 10: CAPELA NOSSA SENHORA DO AMPARO

FIGURA 28 – Fotografia da Capela Nossa Senhora do Amparo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Capela Nossa Senhora do Amparo está situada numa região de aclave próxima ao centro da cidade na Avenida Comendador Agostinho Prada. A lenda em torno da capela é de que um escravo fugiu do seu “senhor” e fazendo uma promessa à santa pela sua libertação, decide construir uma igreja em sua devoção em 1890.

Em 1960 a família Antônio Felipe Caram construiu no mesmo local a atual capela que foi totalmente restaurada em 2003.

PONTO 11: CRECHE PRADA

FIGURA 29 – Fotografia da Creche Prada.

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Em 1949 Agostinho Prada constrói a Creche Dona Célia Prada, localizada nas adjacências da Indústria de Chapéus Prada S.A. em região próxima ao centro da cidade.

As escolas criadas por Agostinho Prada transmitem o senso da organização empresarial fordista, pois foram concebidas para atender os filhos das suas operárias enquanto trabalhavam na fábrica.

PONTO 12: PRÉDIO DA ANTIGA CESP

FIGURA 30 – Fotografia do prédio da antiga CESP à esquerda, na Rua Dr. Trajano, década de 1930.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 31 – Fotografia do Ofício da Fazenda Pública.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O prédio da antiga Companhia Energética de São Paulo está localizado na área central da cidade na rua Dr. Trajano. Sua construção é da década de 1930 e já teve diversos usos, sendo que atualmente pertence à prefeitura que sedia o Ofício da Fazenda Pública.

PONTO 13: PAÇO MUNICIPAL

FIGURA 32 – Fotografia da Indústria da Chapéu Prada S. A. na década de 1940.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 33 – Fotografia do Paço Municipal.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

No início do século XX, Agostinho Prada inaugura a fábrica de chapéus e feltros no quintal de sua residência que cresceu rapidamente, passando a se chamar Companhia Prada de Indústria e Comércio.

As construções da Indústria de Chapéus Prada S.A. iniciaram-se em 1937, numa região próxima ao centro da cidade, sendo concluída em 1939. A fábrica chegou a ser considerada a maior fábrica de chapéus do país.

Em plena era do fordismo, a construção possui uma arquitetura industrial tradicional, tendo no seu portão de entrada um grande relógio, símbolo da racionalização do tempo.

No ano de 2000 a fábrica fechou as portas e se fundiu com outra empresa, passando a se chamar Pralana em que transferiu suas atividades para novo local da cidade. No final de 2004 a Prefeitura Municipal de Limeira adquire o espaço para sediar suas unidades administrativas.

PONTO 14: ANTIGO ARQUIVO MUNICIPAL

O médico Antônio Cândido de Camargo construiu sua casa em dois pavimentos no início do século XX, na esquina das ruas Senador Vergueiro com a Barão de Cascalho, na área central da cidade.

Em 1906 o médico vende o casarão ao Comendador Agostinho Prada, pois o mesmo estava de mudança para São Paulo. O Comendador morou no casarão com sua família por cinco anos, quando vendeu o imóvel para a Prefeitura. A Prefeitura utilizou o imóvel para abrigar a Câmara Municipal, a Prefeitura e o Arquivo Municipal durante as próximas décadas.

Atualmente o prédio histórico abriga a sede em Limeira da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo.

FIGURA 34 – Fotografia histórica do antigo Arquivo Municipal.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 35 – Fotografia da Secretaria de Administração Penitenciária.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PONTO 15: ESCOLA ESTADUAL BRASIL

FIGURA 36 – Fotografia do Grupo Escolar Brasil em 1940.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 37 – Fotografia da EE Brasil.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O Grupo Escolar Brasil foi a segunda escola pública de Limeira, inaugurada em 1935 para atender as primeiras séries ensino fundamental. A iniciativa de construção do

Grupo Escolar foi da então prefeita Dona Maria Teresa de Barros Camargo que chegou a financiar a obra e depois foi reembolsada pelo Governo do Estado.

O prédio foi construído no Largo José Bonifácio, que possuía um prédio onde funcionavam o Fórum, a Câmara Municipal e a Cadeia Pública. Após a demolição desse edifício, ergueram o Grupo Escolar Brasil de estilo neoclássico e rodeada por árvores e bancos de praça na região central da cidade.

Atualmente a Escola Estadual Brasil é considerada a escola pública mais antiga da cidade em funcionamento, com 21 salas de aula, atendendo aos ensinos fundamental e médio nos períodos da manhã, tarde e noite.

PONTO 16: ESCOLA ESTADUAL CASTELLO BRANCO

A Escola Estadual Castello Branco está localizada em região próxima ao centro da cidade, na Vila São Cristóvão. A escola tem sua origem vinculada ao Colégio Santo Antônio na década de 1940 e em 1951 passa a se chamar Colégio Estadual Castello Branco, em homenagem ao Vice-Diretor Dr. Octávio Lopes Castello Branco.

Na década de 1980 passou a se chamar Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Castello Branco. Na década seguinte, a escola passa por grandes reformas e é inserida no projeto do Governo Estadual chamada “Escola Padrão”.

Atualmente, a escola é considerada a maior escola pública de Limeira com 22 salas de aula, atendendo os anos do Ensino Fundamental e Médio nos períodos matutino, vespertino e noturno.

FIGURA 38 – Fotografia histórica do Colégio Estadual Castello Branco.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 39 – Fotografia da EE Castello Branco.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PONTO 17: ESCOLA TÉCNICA TRAJANO CAMARGO

FIGURA 40 – Fotografia da Escola Profissional Trajano Camargo.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 41 – Fotografia da ETEC Trajano Camargo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A esposa do Dr. Trajano de Barros Camargo, Dona Maria Teresa de Barros Camargo, pediu ao Governo do Estado de São Paulo que criasse uma escola profissional

em Limeira no ano de 1933. Assim, surgiu a Escola Profissional Trajano Camargo na região do centro da cidade.

Na década de 1940 inicia-se a construção do atual prédio na Rua Tenente Belizário, numa região mais nobre conhecida como “Centro Acima”. Na década de 1980 a escola passou a se chamar Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Trajano Camargo e atualmente é conhecida como ETEC Trajano Camargo do Centro Paula Souza da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. A escola fornece cursos técnicos de Administração, Eventos, Mecânica, Nutrição e Química vinculados ao Ensino Médio e outros cursos profissionalizantes.

PONTO 18: CASA DOS AZULEJOS

FIGURA 42 – Fotografia da Casa dos Azulejos.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Casa dos Azulejos está localizada na Rua Tiradentes, 211 na região próxima ao Centro Histórico. É uma residência particular edificada em 1889 com a fachada em azulejos franceses de relevo em tons de verde e mesmo com as reformas que já sofreu, a fachada permaneceu original.

PONTO 19: MUSEU DA JOIA

FIGURA 43 – Fotografia do Museu da Joia.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O Museu da Joia foi inaugurado em 2009 no Parque da Cidade, localizado nas adjacências do centro da cidade. O museu foi concebido para valorizar a história da joia no município de Limeira, que existe há mais de cinquenta anos e incentivar o turismo cultural local.

O museu possui um rico acervo de equipamentos antigos para a fabricação de joias, além de fotografias e peças desenvolvidas por designers limeirenses. Além do acervo, o museu oferece cursos e eventos para o setor.

PONTO 20: ESPAÇO CULTURAL ENGEP

FIGURA 44 – Fotografia da residência de Ezequiel de Paula Ramos, à esquerda, na década de 1920.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 45 – Fotografia do Espaço Cultural ENGEP.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O Senador e proprietário da fazenda Quilombo Ezequiel de Paula Ramos, construiu sua casa no Largo da Boa Morte em forma de palacete onde passou a residir com sua família em 1875.

Ao longo dos anos, a propriedade passou nas mãos de vários donos, funcionando como residência, consultório dentário, restaurante e loja, chegando a ser quase demolida em 2006. Em 2010, a casa se tornou propriedade do Grupo ENGEP, através da Empresa São Bento Administração de Bens Ltda. que restaurou o imóvel e passou a sediar o Espaço Cultural ENGEP que conta com exposições artísticas e um café.

PONTO 21: PRÉDIO DO BANCO DO BRASIL

O prédio do Banco do Brasil foi erguido na esquina do Largo da Vitória em 1951, com três pavimentos em estilo neoclássico. O imóvel foi um dos primeiros prédios da área central da cidade.

O prédio sempre teve a função de abrigar bancos estaduais e assim recebeu diversas denominações: Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., Nossa Caixa Nosso Banco, Banco Nossa Caixa S.A.; e recentemente Banco do Brasil.

FIGURA 46 – Fotografia do prédio da Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., à esquerda, na década de 1950.

Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 47 – Fotografia do prédio do Banco do Brasil.

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PONTO 22: CEMITÉRIO DA SAUDADE

FIGURA 48 – Fotografia do Cemitério Municipal.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O Cemitério Municipal, conhecido hoje como Cemitério da Saudade, foi construído em 1892 no início do período republicano no Brasil, onde todos os habitantes, independente da religião seriam enterrados no mesmo solo sob responsabilidade do Estado.

O cemitério está localizado na Avenida da Saudade, numa região conhecida como Centro Acima e tem enterrado em seu solo os moradores mais ilustres da história de Limeira.

PONTO 23: CASARÃO DA PRAÇA TOLEDO DE BARROS

FIGURA 49 – Fotografia do casarão em frente à Praça Toledo de Barros.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O imóvel está localizado em frente à Praça Toledo de Barros, sendo uma residência particular e em bom estado de conservação.

PONTO 24: FACHADA DA MACHINA SÃO PAULO

Em 1914 o Dr. Trajano de Barros Camargo funda a maior indústria de Limeira da época, a Machina São Paulo que fabricava máquinas para as lavouras de café, chegando a contar com dois mil operários até a década de 1930. Alguns destes operários passaram a constituir suas próprias fábricas que ganhavam destaque na cidade de Limeira, como a Machina Zaccaria e a Machinas D'Andrêa. Com a queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e a saturação do mercado de café no mundo, a indústria teve que demitir vários funcionários e vender parte de seus estoques para sobreviver à crise.

Após o falecimento do Dr. Trajano, sua esposa e filhos assume a direção da indústria que foi vendida no início da década de 1960 para a Mercedes Benz que logo

muda-se para a Argentina devido à instabilidade política do cenário brasileiro. Assim, a indústria fecha suas portas e permanece abandonada. Atualmente, restaram-se as fachadas da antiga indústria e existe um projeto na Prefeitura Municipal de tornar esse espaço um espaço de convivência para os jovens com pistas de skate etc.

FIGURA 50 – Fotografia histórica da Machina São Paulo abandonada.
Fonte: FACEBOOK, 2015.

FIGURA 51 – Fotografia da fachada da Machina São Paulo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PONTO 25: CAPELA SANTO ANTÔNIO

FIGURA 52 – Fotografia da Capela Santo Antônio.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Capela Santo Antônio está localizada em bairro afastado da área central da cidade, no Jardim São Lourenço, onde antigamente era um setor de chácaras.

PONTO 26: CAPELA DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO

FIGURA 53 – Fotografia da Capela do Bairro Santo Antônio.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A igreja está localizada no bairro rural Santo Antônio, próximo ao Bairro do Tatu. A igreja possui mais de noventa anos e curiosamente a torre é uma construção separada do restante da igreja. A igreja está em bom estado de conservação e pertence à paróquia da Sagrada Família.

PONTO 27: IGREJA BOM JESUS DOS MILAGRES

FIGURA 54 – Fotografia da Igreja Bom Jesus dos Milagres.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A igreja foi construída na década de 1930 por uma promessa do humilde imigrante espanhol Raphael Fernandes Alonço ao santo após adquirir um sítio no bairro rural dos Pereiras em sociedade com um amigo. Com o progresso de suas terras, o imigrante espanhol decide construir a referida igreja no quilometro 140 da Rodovia Anhanguera, ainda uma estrada de terra na época. A primeira missa celebrada na igreja foi em memória de seu fundador que faleceu pouco antes da finalização de sua construção.

PONTO 28: CASARÃO DA FAZENDA TATU

FIGURA 55 – Fotografia do casarão do antigo Engenho do Tatu.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A casa sede da Fazenda Tatu, é a construção mais antiga do município e pertencia ao Capitão Luiz Manoel de Cunha Bastos. O nome da fazenda deve-se ao Ribeirão Tatuibi que cortava a propriedade. A fazenda era destinada ao cultivo da cana de açúcar e foi fundada em 1820.

O Casarão da Fazenda Tatu, construído em taipa de pilão, é considerado um dos exemplares mais antigos de casa assobradada, erguida em meia encosta do Estado de São Paulo (SCARIATO, 2009). No entanto, seu estado de conservação é muito ruim, encontrando-se deteriorado.

PONTO 29: FAZENDA QUILOMBO

FIGURA 56 – Fotografia da Fazenda Quilombo.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Fazenda Quilombo foi fundada na década de 1870 pelo Dr. Ezequiel de Paula Ramos e sua esposa Dona Anna Eufrosina Jordão a partir do desmembramento da fazenda Morro Azul, chegando a contar com vários colonos europeus. A fazenda era destinada ao plantio de café com a utilização da mão de obra escrava e aos poucos, a substituindo por imigrantes italianos, espanhóis e alemães. O nome da fazenda deve-se a sua localização em terreno acidentado, na vertente do Morro Azul, que favorecia a fuga de escravos daí o nome “Quilombo”. A conclusão das obras para o beneficiamento do café só se deu em 1892 data que está inscrita no portão da fazenda.

A fazenda transformou seu antigo paiol em salão de festas e atende turistas e escolas atualmente para conhecer o processo de cultivo e beneficiamento do café. A fazenda ainda planta e beneficia o café e é a única fazenda da pesquisa em que os proprietários residem em sua sede, e cedem partes da fazenda para eventos culturais, de educação e turismo.

PONTO 30: FAZENDA CINTRA

FIGURA 57 – Fotografia da entrada da Fazenda Citra.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Fazenda Citra foi fundada em 1924 por João Dierberger para o cultivo de laranja e sua exportação para o mercado nacional e internacional. Foram trazidas à fazenda várias mudas exóticas, árvores e arbustos formando um jardim botânico aberto à visitação atualmente que inclui a demonstração de enxerto de mudas, beneficiamento de nozes e visita a um museu interno. Além da citricultura produz e comercializa nozes e frutas cristalinas (SCARIATO, 2009).

A casa-sede da fazenda não possui uma arquitetura de relevância histórica, uma vez que a produção de cítricos requeria apenas viveiros e estufas. Assim, a propriedade é constituída por plantações de inúmeras espécies arbóreas. A relevância histórica da fazenda está nos acervos originais e documentos produzidos pelos Dierberger na área de paisagismo para ilustres cidadãos da elite cafeeira de São Paulo e outros estados brasileiros. Atualmente, a Fazenda Citra-Dierberger dedica-se à produção de mudas de árvores especiais, nozes e flores ornamentais.

PONTO 31: FAZENDA ITAPEMA

FIGURA 58 – Fotografia da casa sede da Fazenda Itapema.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Fazenda Itapema foi instalada em 1860 pelo Coronel Sebastião de Barros da Silva para cultivar café, possuindo casa sede, galpões, senzala e terreiros. A casa sede apresenta o padrão arquitetônico da casa mineira, com planta em forma de quadrilátero. A casa é assobradada e construída em área de pequeno desnível topográfico, sendo que próxima à casa encontra-se um lago rodeado de vegetação que forma um belo jardim (SCARIATO, 2009).

No início do século XX, a fazenda foi passada aos irmãos José e Simão Levy para a quitação de uma dívida que o coronel tinha com os mesmos. Nos anos subsequentes a fazenda passa a ser presidida pelo filho de Simão o Major José Levy Sobrinho que após a crise do café passa a cultivar o algodão. Na década de 1940, começa a produção de cana de açúcar e aguardente na fazenda, mantida pelos descendentes do major até os dias atuais. A área em torno da casa-sede está sendo loteada para o abrigar o condomínio fechado de alto padrão Residencial Itapema I e II.

PONTO 32: ALAMBIQUE LIMEIRINHA

FIGURA 59 – Fotografia do Alambique Limeirinha.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O Alambique Limeirinha está localizado no município de Limeira às margens da Rodovia Dr. João Mendes da Silva Júnior que interliga Limeira a Iracemápolis. O alambique pertencia à Fazenda Santa Adélia adquirida em 1936 para o cultivo de café. Em 1939 a fazenda passa a produzir algodão e em 1942 a cana de açúcar, chegando a possuir 270 alqueires de terra.

Em 1977 o alambique teve o auge da produção da cachaça Limeirinha com cerca de 112 mil litros vendidos só no município de Limeira. A produção da cachaça seguiu até 1999 quando a fazenda foi vendida.

PONTO 33: BAIRRO TATU

FIGURA 60 – Fotografia de uma rua do Bairro Tatu.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O Bairro do Tatu surgiu às margens do Ribeirão Tatu no início do século XIX como uma colônia da Fazenda Tatu. O bairro rural é uma área de grande interesse histórico do município, principalmente na área entorno da Estação Ferroviária. Há registros que as primeiras construções do povoado estão erguidas ali.

A presença da imigração italiana é bem forte no bairro que realiza frequentemente a festa de Imigração Italiana com comidas típicas, apresentação de grupos folclóricos e missa típica atraindo vários turistas ao local.

PONTO 34: CASARÃO DA FAZENDA DUAS BARRAS

FIGURA 61 – Fotografia do casarão da Fazenda Duas Barras.

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Fazenda Duas Barras está localizada em área próxima ao perímetro urbano, na Rua Ranulpho Alvarenga Ferreira, próximo ao do Horto Florestal. Há relato da fazenda em Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854 pedindo ao seu proprietário Manoel Ferraz de Camargo registrar suas terras no livro de Registro Paroquial de Terras.

A fazenda dedica-se à cafeicultura e sua casa sede encontra-se em bom estado de conservação.

PONTO 35: USINA TABAJARA

FIGURA 62 – Fotografia da Usina Tabajara.

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A Usina Tabajara está localizada na área rural próxima ao Ribeirão Tabajara, às margens da Rodovia SP-151, a caminho de Engenheiro Coelho. A antiga Colônia Tabajara possui várias construções que remetem a sua fase áurea, como igreja, escola, laboratório e o primeiro cinema do município de Limeira. No entanto, grande parte de suas antigas construções encontram-se deterioradas, apesar da fazenda manter sua produção de cana de açúcar.

PONTO 36: IGREJA LUTERANA

FIGURA 63 – Fotografia da Igreja Luterana.
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O bairro rural dos imigrantes alemães em Limeira é o Bairro dos Pires que se localiza às margens do Ribeirão Ferraz. Por volta de 1856 um grupo de 15 ex-colonos alemães compram as terras de Francisco José Pires e iniciam a cafeicultura formando um pequeno núcleo rural que viria a ser o Bairro Rural dos Pires. Posteriormente, com a crise do café, os descendentes alemães passam a cultivar cítricos, principal atividade econômica do bairro até hoje.

Os imigrantes alemães puderam perpetuar sua identidade cultural no Bairro dos Pires erguendo a Igreja Luterana de 1873 e em atividade até hoje. Anualmente, o Bairro dos Pires celebra a Festa Alemã com comidas típicas, apresentações folclóricas e musicais, atraindo milhares de turistas ao local.

PONTO 37: CEMITÉRIO DOS PIRES

FIGURA 64 – Fotografia do cemitério dos Pires.

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O Cemitério dos Pires está localizado no Bairro Rural dos Pires, colonizado por imigrantes alemães luteranos, sendo que a primeira sepultura data de 1890. Como nesta época a Igreja Católica zelava pela vida social dos habitantes, não era permitido sepultar membros de outra religião no cemitério municipal. Assim, um membro da comunidade alemã doou parte de suas terras para a construção do cemitério. Apesar de ter sido ampliado ao longo dos anos, pela doação de outras pessoas, a comunidade local sempre cuidou da propriedade e a mesma encontra-se preservada até hoje.

3.2. CARTOGRAFIA DO TURISMO PARA LIMEIRA (SP)

A seguir apresentaremos os seis mapas temáticos elaborados no software de SIG ArcGis 9.3 para a pesquisa, tendo por objetivo valorizar o patrimônio cultural material de Limeira para a fruição do turismo local.

MAPA 01 – Localização geográfica do município de Limeira (SP).
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

MAPA 02 – Mapa de drenagem e rede viária do município de Limeira (SP).
Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PATRIMÔNIO MATERIAL CULTURAL DA ÁREA URBANA DE LIMEIRA - SP

1 - Estação Ferroviária

2 - Palacete Levy

3 - Palacete Tatuíby

4 - Museu Histórico e Pedagógico

5 - Praça Toledo de Barros (Gruta e Teatro)

6 - Prédio da antiga Cesp

7 - Paço Municipal

8 - Antigo Arquivo Municipal

9 - Casa dos Azulejos

10 - Museu da Jóia

11 - Espaço Cultural Engep

12 - Prédio do Banco do Brasil

13 - Cemitério da Saudade

14 - Casarão da Praça Toledo de Barros

15 - Fachada Machina São Paulo

Centro Histórico

Projeção UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso 23S
Data: 19/02/2016

- Patrimônio Cultural
- Ribeirão Tatu
- Quadras
- Centro Histórico
- Limite Área Urbana

MAPA 03 – Patrimônio cultural da área urbana de Limeira (SP). Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PATRIMÔNIO MATERIAL ENSINO DA ÁREA URBANA DE LIMEIRA - SP

- Patrimônio do Ensino
- Ribeirão Tatu
- Limite Área Urbana
- Centro Histórico

0 100 200 300 m

Projeção UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso 23S
Data: 07/12/2015

MAPA 04 – Patrimônio material de ensino da área urbana de Limeira (SP). Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PATRIMÔNIO MATERIAL RELIGIOSO DE LIMEIRA - SP

- Patrimônio Religioso
- Limite Área Urbana
- Centro Histórico

Projeção UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso 23S
Data: 07/12/2015

MAPA 05 – Patrimônio material religioso de Limeira (SP). Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

PATRIMÔNIO MATERIAL RURAL DE LIMEIRA - SP

Projeção UTM
Datum: SIRGAS 2000
Fuso 23S

● Patrimônio Rural

Data: 19/02/2016

MAPA 06 – Patrimônio material rural de Limeira (SP). Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

FIGURA 65 - Grupo Escolar Coronel Flamínio Ferreira de Camargo, século XX.
Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016.

O período atual da globalização tende a homogeneizar os espaços construídos com suas formas voltadas ao consumo. O patrimônio cultural é uma forma que o capitalismo encontrou de capturar as identidades impressas na paisagem inserindo-as na lógica mercadológica através do turismo.

Sendo assim, o valor de troca do solo fica sobreposto ao valor de uso, uma vez que espaço se torna mercadoria de consumo e tem seu valor determinado pelo mercado imobiliário.

O papel da Geografia é desvendar criticamente o espaço geográfico a partir da análise das relações sociais que se estabelecem. Assim, a discussão do patrimônio cultural é realizada criticamente tendo em vista sua função contraditória no espaço geográfico, ora com enfoque conservando, preservando as formas pretéritas no espaço, ora com enfoque mercadológico, inserindo essas formas no circuito do turismo cultural.

A região do centro das cidades é o local de maior concentração de edifícios históricos, pois segundo a tradição lusitana os núcleos de povoamento surgiam através da construção das capelas e a demarcação das glebas paroquiais, erguendo edifícios de grande porte com funções políticas e eclesiásticas como Câmara Municipal, Cadeia, Igrejas e cemitérios.

Com o processo de secularização esses prédios foram perdendo seu vínculo com a Igreja Católica, tornando-se propriedade do Estado laico e democrático, foram construídas os grupos escolares e as primeiras indústrias, compondo nosso patrimônio cultural material nas áreas urbanas.

No entanto, esse rico patrimônio cultural sofreu um rápido processo de destruição no Brasil devido ao intenso processo de urbanização e industrialização que as nações de desenvolvimento periférico foram sujeitas.

As áreas centrais das cidades tornaram-se decadentes com o intenso fluxo de pessoas e veículos e a presença do comércio popular. Outro fator foi o esvaziamento das indústrias nas áreas rurais para as regiões mais afastadas das cidades.

É dever do Estado zelar pelo patrimônio cultural das paisagens rurais e urbanas, pois esse processo de patrimonialização beneficia a todos os agentes produtores do espaço: a sociedade civil, que passa a se reconhecer nas paisagens através da memória e identidade que estabelece historicamente; o Estado, pois são locais que enaltecem o poder e o status da elite burguesa; e os promotores imobiliários, por meio do fomento das atividades turísticas.

O turismo cultural é uma forma de inserir o patrimônio cultural na lógica capitalista, sendo uma atividade importante na produção do espaço urbano, ainda que seja uma atividade de uma pequena parcela da população. A população local deve ser inserida nas ações de patrimonialização, com a divulgação, educação patrimonial, trabalho e consumo do espaço com o turismo. O turismo mobiliza outras atividades como o transporte, a hotelaria, a gastronomia etc desenvolvendo a economia local.

A noção de patrimônio histórico surgiu em meados do século XX a partir da ampliação do conceito de monumento surgido na França do século XIX que se referia a construções isoladas da Antiguidade, legitimando a identidade do Estado-Nação. A noção de Patrimônio Histórico passou a envolver as construções mais populares e industriais que cobriam áreas mais vastas do território.

O patrimônio histórico pode ser dividido em material e imaterial, sendo que o material pode ser do tipo móvel, (objetos, documentos, obras de arte etc.) e imóvel (construções, monumentos, obeliscos etc.). No caso da atual pesquisa utilizamos o patrimônio material imóvel levantado no Plano Diretor do município para compor os mapas turísticos e outros que não foram inseridos, mas podem ser utilizados pelo turismo cultural local.

As políticas de patrimonialização dos imóveis históricos deveriam inserir esses bens no desenvolvimento atual da sociedade, respeitando as características dos imóveis, redefinindo novas funções segundo as necessidades atuais da sociedade. O turismo cultural é uma alternativa no processo de refuncionalização desses imóveis.

No Brasil, as políticas de refuncionalização são recentes e grande parte do nosso patrimônio histórico já foi destruído. No entanto, o reconhecimento da nossa singularidade histórica cultural e natural tem possibilitado uma série de políticas de valorização desses bens, inserindo-os na rota do turismo e do desenvolvimento regional.

O patrimônio histórico brasileiro é em grande maioria representado por construções isoladas das áreas centrais e por bairros históricos, com exceção de algumas cidades que ficaram a margem do processo de industrialização. Esse patrimônio material é resultado de uma mistura de influências lusitanas e europeias, com a arquitetura barroca e neoclássica, respectivamente. Além dessas influências artísticas, se desenvolveu em solo brasileiro, ao longo do século XX, uma arquitetura modernista singular, muito procurada pelas políticas de patrimonialização.

O município de Limeira progrediu com a cafeicultura e citricultura no século XIX que culminaram com o desenvolvimento agroindustrial e rododferroviário, escoando mercadorias e pessoas.

O patrimônio cultural de Limeira é do final do século XIX e início do século XX com a presença de edifícios religiosos, fazendas coloniais, escolas públicas, cemitérios, bairros e casarões. As políticas de patrimonialização em Limeira são recentes, do início do século XXI e a exploração da atividade turística ainda é bem incipiente.

A Cartografia do Turismo contribui para o processo de análise e valorização do patrimônio cultural, uma vez que, localiza, dimensiona e demonstra a relação e o arranjo

espacial desses bens no espaço, contribuindo para ações de educação patrimonial e atividades turísticas.

A Cartografia sempre esteve associada ao poder. A Cartografia atualmente acompanhou o desenvolvimento tecnológico, servindo das técnicas da Cartografia Digital, do Geoprocessamento e do SIG.

A Cartografia Temática busca detalhar os fenômenos espaciais em temas, tornando os mapas ainda mais uma elaboração social, podendo servir para o conhecimento da cultura dos povos que os elaborou. A Cartografia Temática pode ser do tipo analítica, quando demonstra e localiza elementos no espaço e sintética, quando funde os temas em tipos em uma única carta.

A comunicação visual dos mapas está inserida numa comunicação social e portanto é carregada de juízos de valor. Para a Cartografia do Turismo a informação turística deve ser transformada em informação geográfica, com sua localização, dimensão e continuidade no espaço, podendo ser mapas sobre o turismo, para o turismo e para os turistas.

A atual pesquisa procurou elaborar mapas para os turistas, localizando os imóveis de interesse histórico do município de Limeira – SP, mostrando uma visão global da área, com as vias de acesso e os pontos turísticos separados por categorias, segundo o interesse cultural dos usuários, como ensino, religioso, cultural, e região. Esses mapas podem auxiliar no planejamento do usuário sobre o tempo de permanência e de deslocamento no espaço, além de orientar e localizar os pontos de interesse turístico.

Para elaborar os mapas da pesquisa houve um cuidado com a metodologia da Cartografia do Turismo, que requer a precisão e a legibilidade das cartas, através da escolha adequada da escala, signos e legenda.

É comum que os mapas turísticos distorçam a realidade, pois procuram ressaltar alguns atributos em detrimento de outros, assim quanto menos símbolos empregados nos

mapas maior será a rapidez para localizar e compreender as informações presentes nas cartas.

A legenda se faz necessária nos mapas turísticos assim como o uso de blocos-diagramas, perfis e fotografias. Para a atual pesquisa, fizemos uso de fotografias que junto com os símbolos escolhidos auxiliam na identificação e localização dos imóveis de interesse histórico do município de Limeira – SP.

Os atrativos turísticos podem ser representados no mapa através de pontos, linhas ou áreas de maneira estática ou dinâmica. O uso excessivo de pictogramas acaba comprometendo a legibilidade dos mapas. Os produtos cartográficos do turismo podem se apresentar de várias formas como folders, panfletos, guias turísticos, mapas rodoviários etc de forma analógica e digital.

A Cartografia do Turismo ajuda no planejamento e gestão do turismo. Os mapas turísticos elaborados na atual pesquisa têm a finalidade de localizar o patrimônio cultural em Limeira de maneira clara e rápida, podendo ser útil em projetos de educação patrimonial e para fomentar o turismo cultural local.

A elaboração dos mapas se deu a partir de trabalhos de campo com a visita dos imóveis de interesse histórico do município segundo o plano Diretor de 2009, a fim de coletar as coordenadas geográficas dos pontos através de GPS e para fotografar os imóveis.

Em seguida, as informações foram colocadas em uma planilha que serviu como banco de dados para a elaboração dos mapas no SIG ArcGis 9.3 fazendo uso de outros mapas digitais do município no Autocad e alguns sites como do IBGE e do DNIT, bem como imagens de satélite no programa Google Earth.

Os mapas foram elaborados tendo em vista a escala adequada para o manuseio dos mapas em folha A3 tanto analógica, quanto digital. O ArcGis 9.3 demonstrou ser um

programa adequado para a tarefa de localizar os imóveis de interesse histórico do município, elaborando os produtos cartográficos de maneira rápida e eficiente.

Os imóveis de interesse histórico de Limeira representam o status da elite agrícola e industrial das cidades médias do interior paulista do século XIX e XX, em sua maioria de estilo neoclássico que reforçam os ideais da Revolução Francesa e da Primeira República.

Os mapas elaborados estão legíveis para os usuários, conseguindo comunicar de maneira rápida e eficiente as informações que foram propostas.

A valorização do patrimônio local pode ser facilitada por meio dos mapas elaborados, contribuindo para novos estudos da Cartografia do Turismo e para a educação patrimônio e para o planejamento e a fruição do turismo no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGURA 66 - Prédio da Cia. Prada de Chapéus e Feltros no século XX.

Fonte: HEFLINGER JÚNIOR, 2016.

AZEVEDO FILHO, J. D'A. M. de. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, 210 p.

BARRETTO, M. Espaço público: usos e abusos. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 38-48.

BERTONCELLO, R. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. p. 33-53. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010, 230 p.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BUSCH, R. K. **História de Limeira**. 2 ed. Limeira: Prefeitura Municipal de Limeira, 1967, 288 p.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002, 104 p.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 25-35.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda.: Editora UNESP, 2001, 304 p.

COSGROVE, D. Carto-city. In: ABRAMS, J.; HALL, P. (ed). **Else/Where: Mapping - New Cartographies of Networks and Territories**. Minneapolis: University of Minnesota Design Institute, 2006, p. 148-157.

CRUZ, R. de C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003, 107 p.

_____, R. de C. A. da C. Patrimonialização do Patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, "Patrimônio cultural" e produção do espaço. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 31, pp. 95-104, 2012.

FACEBOOK. Apaixonados por Limeira. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1076694079058055&set=g.580184801999821&type=1&theater>. Acesso em: 05 jan. 2015.

FERRARA, L. D'A. O turismo dos deslocamentos virtuais. P. 15-24. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERREIRA, C. R. T. **Avaliação da degradação ambiental urbana através da percepção ambiental urbana: o caso do alto da bacia do Limoeiro, Presidente Prudente – SP**. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2001, 102 p.

GIEDION, S. **Espaço, Tempo e Arquitetura: O desenvolvimento de uma nova tradição**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 950 p.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. In: **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n° 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>. Acesso em: 10 jan. 2015.

HEFLINGER JR., J. E. **Um pouco da história de Limeira**. Limeira: Unigráfica, 2016, 200 p.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 220 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Limeira, São Paulo. Acessado em 15/08/2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352690>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ICOMOS. **Carta de Veneza**: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Veneza, 1964. 5 p. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-veneza.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LACOSTE, Y. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3ed. Campinas: Papirus, 1988, 257 p.

LIMEIRA. Prefeitura Municipal de Limeira. **Lei-Complementar nº442 de 12 de janeiro de 2009**. Dispõe o Plano Diretor Territorial-Ambiental. Disponível em: <http://www.limeira.sp.gov.br/pml/sites/default/files/secretarias/obrasurbanismo/downloads/lei_complementar_442.09_-_alterada_pela_lc732_2015.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Limeira em cantos e contos**. Limeira: Secretaria Municipal da Cultura, 2007. 96 p. NÃO CITADO

MANFREDINI, E. A. **História material e formação urbana: a dinâmica sociespacial de Limeira (SP) no século XIX**. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana). Programa de Pós-

Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010, 384 p.

MARTINELLI, M. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991. 180 p.

_____, M. **Cartografia Temática**: caderno de mapas. São Paulo: EDUSP, 2003, 168 p.

_____, M. O atlas do Estado de São Paulo: uma reflexão metodológica. **Confins**: Revista franco-brasileira de geografia, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 51-77, jan/jun, 2007.

_____, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013, 144 p.

MENESES, U. T. B. de. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 90-99.

MOSCON, Maria Amélia. Turismo e ferrovia. In: GROPPPO, Luiz Antônio; CANDIOTO, Marcela Ferraz (Orgs.). **Turismo**: viajar, incluir e humanizar. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006, p. 133-162.

NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. p. 55-80. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. S (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010, 230 p.

OLIVEIRA, I. J de. A Cartografia aplicada ao planejamento do turismo. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 25, núm. 1-2, janeiro-dezembro, 2005, p. 30-46, Universidade Federal de

Goiás, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337127143002>>.

Acesso em: 10 jan. de 2015.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009, 136 p.

PEREIRA, J. W. O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma idéia de nação. In: NOQUEIRA, M. C.; NOGUEIRA, A. G. R. (orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, p. 159-180.

ROSADA, M. **Sob o Signo da Cruz: Igreja, Estado e Secularização (Campinas e Limeira 1774-1939)**. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010, 293 p.

SAKITANI, I. **Geografia e Cartografia do Turismo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, 98 p.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 217 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 249 p.

SCARIATO, J. B. P. **Caracterização da paisagem cultural da região de Limeira (SP) com base no reconhecimento e valorização do seu patrimônio de engenharia e arquitetura rural**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia

Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, 218 p.

_____, J. B. P. Fazendas históricas da região de Limeira (SP): reconhecimento e valorização das paisagens culturais. Revista **Labor & Engenho**, v. 5, n. 4, 2011, p. 106-120.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, M. R. **A Cartografia Temática no estudo do turismo**: o município de Santo Antônio do Pinhal (SP). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, 165 p.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972, 19 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Patrimônio Mundial no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 133-153.